



**MEMORANDO 006/DAF/2022.**

Do Presidente do Previnil  
Para o Comitê de Investimentos

ASSUNTO: Demonstrativo da política de Investimentos – DPIN

Prezados Senhores,

Considerando o que consta na Resolução CMN nº 4.963/2021 que disciplina os parâmetros e as diretrizes gerais para organização e funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em cumprimento à Lei nº 9.717, de 1998, aos arts. 1º e 2º da Lei nº 10.887, de 2004 e à Emenda Constitucional nº 103, de 2019.

Considerando o que preceitua os artigos 1º da Resolução 4.963/2021 e suas alterações.

“§ 1º Na aplicação dos recursos de que trata esta Resolução, os responsáveis pela gestão do regime próprio de previdência social devem:”

“Art. 5º A política anual de investimentos dos recursos do regime próprio de previdência social e suas revisões deverão ser aprovadas pelo órgão superior competente, antes de sua implementação.”

Art. 86. § 1º Deverão ser adotadas regras, procedimentos e controles internos que visem à promoção de elevados padrões éticos na condução das operações, bem como à eficiência dos procedimentos técnicos, operacionais e de controle das aplicações.

§ 2º Deverão ser claramente definidas as atribuições e a separação de responsabilidades de todos os órgãos e agentes que participem do processo de análise, avaliação, gerenciamento, assessoramento e decisão sobre as aplicações dos recursos do RPPS, inclusive com a definição das alçadas de decisão de cada instância.

Considerando que o envio do DPIN é até o dia 31 de dezembro de cada exercício em relação ao exercício seguinte.

Considerando que o Comitê de investimento é o órgão auxiliar que subsidiará ao responsável pela gestão dos Recursos na definição da política de investimentos, solicito subsídios para auxiliar na elaboração da política de investimentos.



Salientando que, segue anexada ao presente, a minuta da política de investimentos elaborada pela Consultoria Crédito e Mercado para análise e alterações necessárias.

Ressaltando que após o presente processo deverá retornar para que seja encaminhado ao Conselho de Administração para aprovação.

Após a aprovação do Conselho deverá ser preenchido o Demonstrativo da Política de Investimento – DPIN, item de exigência obrigatória para emissão do certificado de Regularidade Previdenciária – CRP e envio até o dia 31 de dezembro do corrente ano.

Renovando desde já protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

  
Rodrigo Serpa Florêncio  
Presidente



## POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2023

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE NILÓPOLIS - PREVNI

Politica de Investimentos	VERSÃO	APROVADO
Elaboração: Comitê de Investimentos	1	2022
	Aprovação: Conselho Deliberativo	

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*



27

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO .....	4
2	OBJETIVO.....	5
3	CATEGORIZAÇÃO DO RPPS.....	6
4	ESTRUTURA DE GESTÃO .....	7
4.1.1	GESTÃO PRÓPRIA.....	7
4.1.2	ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO .....	7
4.1.3	CONSULTORIA DE VALORES MOBILIÁRIOS .....	8
4.1.4	GESTÃO DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS .....	10
5	APLICAÇÃO EM TÍTULOS PÚBLICOS.....	11
6	META DE RENTABILIDADE .....	11
7	CENÁRIO ECONÔMICO .....	13
	EXPECTATIVAS DE MERCADO .....	18
8	ALOCAÇÃO ESTRATÉGICA DOS RECURSOS .....	19
	SEGMENTO DE RENDA FIXA .....	21
9	SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL, INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS E FUNDOS DE INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS .....	22
	SEGMENTO DE INVESTIMENTOS NO EXTERIOR .....	22
9.1.1	EMPRÉSTIMO CONSIGNADO.....	22
9.1.2	LIMITES GERAIS.....	23
9.1.3	DEMAIS ENQUADRAMENTOS .....	24
9.1.4	VEDAÇÕES.....	25
10	CONTROLE DE RISCO .....	25
10.1.1	CONTROLE DO RISCO DE MERCADO .....	26
10.1.2	CONTROLE DO RISCO DE CRÉDITO .....	26
10.1.3	CONTROLE DO RISCO DE LIQUIDEZ .....	27
10.1.4	CRÉDITO CONSIGNADO.....	27
11	ALM – ASSET LIABILITY MANAGEMENT.....	27
11.1	Equilíbrio Econômico e Financeiro .....	28
12	POLÍTICA DE TRANSPARÊNCIA .....	28
13	CRENCIAMENTO.....	28
13.1.1	PROCESSO DE EXECUÇÃO .....	30
13.1.2	VALIDADE.....	31
14	PRECIFICAÇÃO DE ATIVOS.....	31
	METODOLOGIA .....	31
14.1.1	MARCAÇÕES.....	31
	CRITÉRIOS DE PRECIFICAÇÃO .....	31
14.1.2	TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS.....	31
14.1.3	FUNDOS DE INVESTIMENTOS.....	34

*Handwritten signatures and initials:*  
 - Next to page 26: *cel*  
 - Next to page 27: *S*  
 - Next to page 28: *[Signature]*  
 - Next to page 31: *[Signature]*  
 - At the bottom: *[Signatures]*



14.1.4	TÍTULOS PRIVADOS .....	35
14.1.5	Tipos de marcação .....	35
15	FONTES PRIMÁRIAS DE INFORMAÇÕES .....	35
16	POLÍTICA DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO .....	36
17	PLANO DE CONTINGÊNCIA .....	37
17.1.1	EXPOSIÇÃO A RISCO .....	37
17.1.2	POTENCIAIS PERDAS DOS RECURSOS .....	38
18	CONTROLES INTERNOS .....	38
19	DISPOSIÇÕES GERAIS .....	39

S D P

W  
D. S

Paulo

J. J.



## 1 INTRODUÇÃO

Atendendo à Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN nº 4.963, de 25 de novembro de 2021, (doravante denominada simplesmente "Resolução CMN nº 4.963/2021") e a Portaria MTP nº 1.467, de 2 de junho de 2022 (doravante denominada simplesmente "Portaria nº 1.467/2022"), o Comitê de Investimentos e a Diretoria Executiva do **Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Nilópolis**, apresenta sua Política de Investimentos para o exercício de 2023, devidamente analisada e aprovada por seu órgão superior de deliberação.

A Política de Investimentos representa uma formalidade legal que fundamenta e norteia todos os processos de tomada de decisão relativos à aplicação e gestão dos recursos dos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS, empregada como ferramenta de gestão necessária para garantir o equilíbrio econômico, financeiro e atuarial<sup>1</sup>.

Os fundamentos para a elaboração da presente Política de Investimentos estão centrados nos critérios legais e técnicos, estes de grande relevância. Ressalta-se que serão observados, para que se trabalhe com parâmetros sólidos quanto à tomada de decisões, a análise do fluxo de caixa atuarial, levando-se em consideração as reservas técnicas atuariais (ativos) e as reservas matemáticas (passivo) projetadas pelo cálculo atuarial.

<sup>1</sup> Lei nº 9.717/1998, art. 1º - Os regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal deverão ser organizados, baseados em normas gerais de contabilidade e atuária, de modo a garantir o seu equilíbrio financeiro e atuarial (...).



## 2 OBJETIVO

A Política de Investimentos do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Nilópolis tem como objetivo estabelecer as regras, os procedimentos e os controles relativos às aplicações e gestão dos recursos garantidores dos pagamentos dos segurados e beneficiários do Regime, visando não somente atingir meta de rentabilidade definida a partir o cálculo feito na apuração do valor esperado da rentabilidade futura da carteira dos investimentos, mas também garantir a manutenção do equilíbrio econômico, financeiro e atuarial. Tendo sempre presentes os princípios da boa governança, segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, motivação, adequação à natureza de suas obrigações e transparência.

Complementarmente, a Política de Investimentos zela pela diligência na condução dos processos internos relativos à tomada de decisão quanto às aplicações dos recursos, buscando a alocação dos seus recursos em Instituições Financeiras devidamente credenciadas.

Para seu cumprimento, a Política de Investimentos apresenta os critérios quanto ao plano de contingência, os parâmetros, as metodologias, os critérios, as modalidades e os limites legais e operacionais, buscando a mais adequada gestão e alocação dos seus recursos, visando minimamente o atendimento aos requisitos da Resolução CMN nº 4.963/2021.

*Handwritten signatures and initials in blue ink:*  
- Top left: "L. A. M." followed by "5 14" and a circled "B".  
- Middle right: "J. A. M." with a large signature below it.  
- Bottom right: "A. D." with a signature below it.  
- Bottom center: A circular signature.



**3 CATEGORIZAÇÃO DO RPPS**

Segundo o disposto na Instrução CVM nº 554/2014 e Portaria nº 1.467/2022, fica definido que os Regimes Próprios de Previdência Social classificados como Investidores Qualificados deverão apresentar **cumulativamente**:

- a) Possua recursos aplicados comprovados por meio do Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos – DAIR, o montante igual ou superior à R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais);
- b) Tenha aderido ao Programa de Certificação Institucional Pró-Gestão e obtido a certificação institucional em um dos níveis de aderência.

Para obter a classificação de Investidor Profissional, o Regime Próprio de Previdência Social fica obrigado a comprovar as mesmas condições **cumulativas** descritas acima, tendo o item “a” a seguinte descrição: “Possua recursos aplicados comprovados por meio do Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos – DAIR, o montante igual ou superior à R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) e item “b” a seguinte descrição: “tenha aderido ao Programa de Certificação Institucional Pró-Gestão e obtido a certificação institucional Nível IV de adesão”. Caso o RPPS não cumpra os requisitos citados acima, este será classificado como Investidor Comum. Para a identificação da Categorização do **Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Nilópolis**, consideramos as seguintes informações:

ANÁLISE DO PERFIL

Patrimônio Líquido sob gestão (R\$)	(22.834.541,85)
Nível de Aderência ao Pró-Gestão	(PRÓ-GESTÃO RPPS Nível II)
Vencimento da Certificação	(27/10/2025)

O **Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Nilópolis**, no momento da elaboração e aprovação desta Política de Investimentos, está classificado como **Investidor Comum**. Em caso de mudança de nível da Certificação Institucional Pró-Gestão, a classificação de Investidor mudará automaticamente, não sendo o **Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Nilópolis** prejudicado quanto à adaptação dos processos e procedimentos internos e de controle. Fica o **Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Nilópolis** condicionado ao prazo de **60 (sessenta) dias** para revisão e adequação da Política de Investimentos em atendimento a nova classificação.

*(Handwritten signatures in blue ink)*





#### 4 ESTRUTURA DE GESTÃO

De acordo com as hipóteses previstas na Resolução CMN nº 4.963/2021 e Portaria nº 1.467/2022, a gestão das aplicações dos recursos poderá ser realizada por meio de gestão própria, terceirizada ou mista.

Para a vigência desta Política de Investimentos, a gestão das aplicações dos recursos do **Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Nilópolis** será própria.

##### 4.1.1 GESTÃO PRÓPRIA

A adoção deste modelo significa que a totalidade dos recursos ficará sob a gestão e responsabilidade do **Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Nilópolis** e dos colaboradores diretamente envolvidos no processo de Gestão dos Recursos ou Investimentos.

A gestão das aplicações dos recursos contará com profissionais qualificados e certificados por entidade de certificação reconhecida pelo Ministério do Trabalho e Previdência, através da Secretária de Previdência Social, conforme exigido na Portaria nº 1.467/2022.

Os responsáveis pela gestão da Unidade Gestora do **Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Nilópolis** têm como uma das principais objetividades a contínua busca pela ciência do conhecimento técnico, exercendo suas atividades com **boa fé, legalidade e diligência; zelando por elevados padrões éticos, adotando as boas práticas de gestão previdenciária no âmbito do Pró-Gestão, que visam garantir o cumprimento de suas obrigações.**

Entende-se por responsáveis pela gestão das aplicações e recursos do **Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Nilópolis**, as pessoas que participam do processo de análise, avaliação, gerenciamento, assessoramento e decisório, bem como os participantes do mercado de título e valores mobiliários no que se refere à distribuição, intermediação e administração dos investimentos.

A responsabilidade de cada agente envolvido no processo de análise, avaliação, gerenciamento, assessoramento e decisório sobre a gestão das aplicações dos recursos, foram definidos e estão disponíveis nas políticas do **Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Nilópolis**, instituídos como REGRAS, PROCEDIMENTOS E CONTROLES INTERNOS.

Todo o processo de cumprimento da Política de Investimentos e outras diretrizes legais, que envolvam os agentes discriminados acima, terão suas ações deliberadas e fiscalizadas pelos conselhos competentes e pelo controle interno.

##### 4.1.2 ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO

Os recursos do **Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Nilópolis** visam à constituição das reservas garantidoras dos benefícios e devem ser mantidos e controlados de forma segregada dos recursos do ente federativo. Esses mesmos recursos serão geridos em conformidade com esta Política de Investimentos, com os critérios para credenciamento das Instituições Financeiras e contratação de prestadores de serviços.

Compete ao Comitê de Investimentos a formulação e execução da Política de Investimento juntamente com a Diretoria Executiva e Gestor dos Recursos, que devem submetê-la para aprovação do Conselho Deliberativo e fiscalização do Conselho Fiscal, órgãos superiores de competência do **Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Nilópolis**.



A estrutura definida através da (LEI COMPLEMENTAR Nº 141, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018.) garante a demonstração da Segregação de Atividades adotadas pelos órgãos de execução, estando em linha com as boas práticas de gestão e governança previdenciária.

Em casos de Conflitos de Interesse entre os membros integrantes do Comitê de Investimentos, Diretoria Executiva e Conselhos, a participação do conflitante como voto de qualidade será impedida e/ou anulada, sendo devidamente registrado em ata de reunião.

Não fica excluída a possibilidade da participação de um Consultor de Valores Mobiliários no fornecimento de "minuta" para a elaboração da Política de Investimentos, bem como propostas de revisão para apreciação do Gestor dos Recursos, Comitê de Investimentos e Diretoria Executiva.

#### 4.1.3 CONSULTORIA DE VALORES MOBILIÁRIOS

O Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Nilópolis tem a prerrogativa da contratação de empresa de Consultoria de Valores Mobiliários, de acordo com os critérios estabelecidos na Resolução CMN nº 4.963/2021 Portaria nº 1.467/2022 com suas alterações e Resolução CVM nº 19/2021, na prestação dos serviços de **orientação, recomendação e aconselhamento**, sobre investimentos no mercado de valores mobiliários, cuja adoção é de única e exclusiva responsabilidade do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Nilópolis.

Para a efetiva contratação da empresa de Consultoria de Valores Mobiliários, o Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Nilópolis deverá realizar diligência e avaliação quanto ao perfil dos interessados, considerando no mínimo os critérios definidos abaixo:

- a) Que a prestação dos serviços de orientação, recomendação e aconselhamento seja de forma profissional, sobre investimentos no mercado de valores mobiliários;
- b) Que a prestação dos serviços seja independente e individualizada, cuja adoção e implementação das orientações, recomendações e aconselhamentos sejam exclusivas do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Nilópolis;
- c) Que a prestação de serviços de orientação, recomendação e aconselhamento abranjam no mínimo os temas sobre: (i) classes de ativos e valores mobiliários, (ii) títulos e valores mobiliários específicos, (iii) Instituições Financeiras no âmbito do mercado de valores mobiliários e (iv) investimentos no mercado de valores mobiliários em todos os aspectos;
- d) As informações disponibilizadas pelo consultor de valores mobiliários sejam verdadeiras, completas, consistentes e não induzir o investidor a erro, escritas em linguagem simples, clara, objetiva e concisa;
- e) Que apresente em contrato social um Consultor de Valores Mobiliários como responsável pelas atividades da Consultoria de Valores Mobiliários;
- f) Que apresente em contrato social um Compliance Officer como responsável pela implementação e cumprimento de regras, procedimentos e controles internos e das normas estabelecidas pela Resolução CVM nº 19/2021;
- g) Que mantenha página na rede mundial de computadores na forma de consulta pública, as seguintes informações atualizadas: (i) formulário de referência; (ii) código de ética, de modo a concretizar os deveres do consultor de valores mobiliários; (iii) a adoção de regras, procedimentos e descrição dos



controles internos e (iv) a adoção de política de negociação de valores mobiliários por administradores, empregados, colaboradores e pela própria empresa.

- h) Que apresentem em seu quadro de colaboradores no mínimo um Economista devidamente registrado no Conselho Regional de Economia – CORECON;
- i) Que os profissionais e consultores que atuam diretamente nas atividades de orientação, recomendação e aconselhamento comprovem experiência profissional em atividades diretamente relacionadas à consultoria de valores mobiliários, gestão de recursos de terceiros ou análise de valores mobiliários;
- j) Que os profissionais e consultores que atuam diretamente nas atividades de orientação, recomendação e aconselhamento comprovem possuírem no mínimo as certificações CEA (Certificação Anbima de Especialistas em Investimento) e CGA (Certificação de Gestores Anbima) e o registro de Consultor de Valores Mobiliários pessoa física.

Não serão considerados aptos os prestadores de serviços que atuem exclusivamente com as atividades:

- a) Como planejadores financeiros, cuja atuação circunscreva-se, dentre outros serviços, ao planejamento sucessório, produtos de previdência e administração de finanças em geral de seus clientes e que não envolvam a orientação, recomendação ou aconselhamento;
- b) Que promovam a elaboração de relatórios gerenciais ou de controle que objetivem, dentre outros, retratar a rentabilidade, composição e enquadramento de uma carteira de investimento à luz de políticas de investimento, regulamentos ou da regulamentação específica incidente sobre determinado tipo de cliente;
- c) Como consultores especializados que não atuem nos mercados de valores mobiliários, tais como aqueles previstos nas regulamentações específicas sobre fundos de investimento em direitos creditórios e fundos de investimento imobiliário e
- d) Consultores de Valores Mobiliários que atuam diretamente na estruturação, originação, gestão, administração e distribuição de produtos de investimentos que sejam objeto de orientação, recomendação e aconselhamento aos seus clientes.

Será admitido que o Consultor de Valores Mobiliários contratado e as entidades integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários e o Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Nilópolis em comum acordo, estabeleçam canais de comunicação e ferramentas que permitam conferir maior agilidade e segurança à implementação das orientações, recomendações e aconselhamentos na execução de ordens.

Não serão aceitas ferramentas fornecidas ou disponibilizadas pelos integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, mesmo que de forma gratuita, não gerando assim Conflito de Interesse ou a indução a erros por parte do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Nilópolis.



#### 4.1.4 GESTÃO DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Conforme dispõe a Portaria nº 1.467/2022, o responsável pelo Regime Próprio de Previdência Social e os membros que compõem o Comitê de Investimentos deverão comprovar:

- a) Não ter sofrido condenação criminal ou incidido em alguma situação de inelegibilidade prevista no artigo 1º da LC nº 64/1990.
- b) Possuir certificação por meio de processo realizado por entidade certificadora para comprovação de atendimento e verificação de conformidade com os requisitos técnicos necessários para o exercício de determinado cargo ou função.
- c) Possuir comprovada experiência no exercício de atividade nas áreas financeira, administrativa, contábil, jurídica, de fiscalização, atuarial ou de auditoria; e
- d) Ter formação acadêmica em nível superior.

A atribuição do responsável pelo RPPS ainda se estende à exigência de que a certificação deverá ser emitida em processo realizado por entidade certificadora reconhecida e os prazos deverão corresponder à:

- a) Dos dirigentes da unidade gestora, 1 (um) ano, a contar da data da posse
- b) Dos membros titulares dos conselhos deliberativo e fiscal, 1 (um) ano, a contar da data da posse
- c) Do responsável pela gestão das aplicações dos recursos dos RPPS e dos membros titulares do comitê de investimentos, previamente ao exercício de suas funções.

Caso haja a necessidade de substituição dos titulares dos cargos ou funções referidas acima, os sucessores deverão comprovar antes de decorrido 1 (um) ano de sua posse, o prazo para comprovação que ainda restava ao profissional substituído.

A partir de 1 (um) ano de sua posse e até o término de seu mandato originário, o dirigente sucessor ou o membro suplente que assumir como titular deverão possuir certificação para entrar em exercício na correspondente função.

Para mandatos de dirigentes ou membros dos conselhos deliberativos e fiscais inferiores a 4 (quatro) anos, o prazo é de 6 (seis) meses.

Todas as certificações terão validade máxima de 4 (quatro) anos e deverão ser obtidas mediante aprovação previa em exames através de provas, ou por provas e títulos, ou adicionalmente por análise de experiência e, em caso de renovação, por programa de qualificação continuada.

As certificações e programas de qualificação continuada deverão ter os seus conteúdos alinhados aos requisitos técnicos necessários ao exercício da correspondente função.

Para fins de cumprimento no que dispõe o texto acima, a gestão do reconhecimento dos certificados e das entidades certificadoras, a ser efetuadas na forma definida pela SPREV, deverá contemplar entre outras as seguintes medidas:

- a) Análise e decisão sobre os pedidos de reconhecimento das entidades certificadoras e dos correspondentes certificados ou programas de qualificação continuada;
- b) Definição dos modelos dos processos de certificação ou programas de qualificação continuada e os conteúdos mínimos dos temas para cada tipo de certificação ou programa;



- c) Definição dos critérios de qualificação técnica das entidades certificadoras;
- d) Reconhecimento do processo de certificação e programa de qualificação continuada em que os requisitos técnicos necessários para o exercício da função sejam estabelecidos por modelo que considere sistema de atribuição de pontos por nível ou tipo de certificação;
- e) Estabelecimento de critérios para implantação gradual e aperfeiçoamento dos processos de certificação e programas de qualificação continuada de que trata este artigo.
- f) Estabelecimento de critérios para implantação gradual e aperfeiçoamento dos processos de certificação e programas de qualificação continuada de que trata este artigo.

O programa de qualificação continuada deverá exigir como condição de aprovação, dentre outras atividades, produção acadêmica, participação periódica em cursos presenciais ou educação a distância e em eventos de capacitação e educação previdenciárias.

A SPREV contará com divulgação na página da Previdência Social na internet referente aos certificados e programas de qualificação continuada.

As certificações e programas de qualificação continuada poderão ser graduados em níveis básicos, intermediário e avançado, exigidos de forma proporcional ao porte, ao volume de recursos e às demais características dos RPPS, conforme o ISP-RPPS.

#### 5 APLICAÇÃO EM TÍTULOS PÚBLICOS

Em caso de negociações diretas com títulos de emissão do Tesouro Nacional, a unidade gestora deverá observar os parâmetros previstos na Portaria nº 1.467/2022, anexo VIII, Seção I.

A Portaria nº 1.467/2022 dispõe algumas vedações referente à aplicação dos recursos financeiros acumulados pelo RPPS em títulos, sendo essas vedações as seguintes:

- a) Que não sejam emitidos pelo Tesouro Nacional;
- b) Que não sejam registradas no SELIC; e
- c) Que não sejam emitidos por Estados, Distrito Federal ou Municípios.

#### 6 META DE RENTABILIDADE

A Portaria nº 1.467/2022, que estabelece as normas aplicáveis às avaliações atuariais dos Regimes Próprio de Previdência Social, determina que a taxa atuarial de juros a ser utilizada nas Avaliações Atuariais será equivalente à taxa de juros parâmetro cujo ponto da Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média - ETTJ seja o mais próximo à duração do passivo do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Nilópolis.

A taxa de desconto, também conhecida como meta atuarial, é utilizada no cálculo das avaliações atuárias para trazer o valor presente de todos os compromissos do plano de benefícios na linha do tempo e que determina assim o quanto de patrimônio o Regime Próprio de Previdência Social deverá possuir para manter o equilíbrio atuarial.

Esse equilíbrio somente será possível de se obter caso os recursos sejam remunerados, no mínimo, por uma taxa igual ou superior. Do contrário, se a taxa que remunera os recursos passe a ser inferior a taxa utilizada no cálculo atuarial, o plano de benefício se tornará insolvente, comprometendo o pagamento futuro dos benefícios.

Considerando a exposição da carteira e seus investimentos, as projeções dos indicadores de desempenho dos retornos sobre esses mesmos investimentos, o valor esperado da rentabilidade futura dos investimentos dos ativos garantidores do Instituto de Previdência dos Servidores do



**Município de Nilópolis**, conhecida como META DE RENTABILIDADE é de (IPCA) +4,53% (quatro vírgula cinquenta e três por cento). O **Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Nilópolis** no exercício de sua execução, através de estudos técnicos, promoverá o acompanhamento das duas taxas (meta de rentabilidade e taxa de desconto ou atuarial) para que seja evidenciado, no longo prazo, qual proporcionava a melhor situação financeira atuarial para o plano de benefícios previdenciários. Observada a necessidade de busca e manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial do **Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Nilópolis**, a meta de rentabilidade poderá ser diferenciada por período dentro do exercício vigente, prospectada pelo perfil da carteira de investimentos do **Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Nilópolis** e pelo cenário macroeconômico e financeiro;

*[Handwritten signatures and initials in blue ink, including the name 'Paulo' and various initials.]*



## 7 CENÁRIO ECONÔMICO

### Internacional

De acordo com o Departamento do Trabalho, o Índice de Preços ao Consumidor (CPI) dos EUA avançou 0,1% em agosto em comparação com o mês anterior. Já o núcleo de inflação, que exclui os preços de energia e alimento, subiu 0,6% no mês e está acima do esperado. Como resultado, a inflação avançou 8,3% na comparação anual.

Na China, as exportações aumentaram 7,1% em agosto em comparação com o mesmo período de 2021, estando bem abaixo das expectativas que eram de 12,8%. Já as importações cresceram somente 0,3% no mês devido à baixa demanda doméstica. Com isso, o superávit comercial do país é de US\$ 79,39 bilhões.

O índice de preços ao consumidor chinês (IPC) cresceu 2,5% em agosto em consequência da alta no preço dos alimentos, transportes e serviços. Já o índice de preços ao produtor ficou em 2,3% no mês em relação ao mesmo período de 2021.

Na Zona Euro, a inflação ao consumidor (CPI) atingiu máxima histórica ao apresentar alta de 9,1% em agosto. Com isso, há aumento da pressão para que haja elevação da taxa de juros.

A Ucrânia anunciou contra ofensiva no sul do país, a fim de recuperar as cidades ocupadas pela Rússia. Para isso, foram lançados foguetes em ocupações russas.

A China anunciou redução nas taxas de empréstimos de 1 e 5 anos, a fim de estimular a economia do país.

A Alemanha impôs uma pequena taxa sobre o gás natural, com o principal objetivo de conter a demanda e fortalecer as finanças de um setor que foi devastado pelo corte no fornecimento de gás russo.

Os EUA criaram cerca de 315 mil vagas de trabalho fora do setor agrícola em agosto, entretanto a taxa de desemprego cresceu para 3,7% no mês.

De acordo com os dados divulgados pelo Federal Reserve, a produção industrial recuou 0,2% em agosto, estando abaixo das projeções realizadas.

O Dow Jones recuou 4,06%, o S&P 500 caiu 4,24%, o Nasdaq desvalorizou 4,67%, o FTSE 100 (Londres) recuou 1,88% e Dax (Alemanha) caiu 4,81% no mês.

A Arábia Saudita informou que caso os preços do petróleo continuem a cair, reduzirá a produção do produto entre os países da Opep. Como isso, os preços do barril de petróleo sofreram elevação nacional.

O Ibovespa encerrou agosto com alta acumulada de 6,16%. Como resultado, o índice acumula alta de 4,48% no ano.

A alta foi reflexo dos dados de deflação em julho e da divulgação da ata do Copom, onde não houve comprometimento do Comitê em realizar novas elevações da taxa Selic em 2022.

5

## Variação do Ibovespa em 2022

Pontuação de fechamento



Fonte: B3

De acordo com o IBGE, o IPCA-15 (prévia da inflação) apresentou deflação em agosto de -0,73%, estando um pouco acima do esperado.

Segundo a FGV, o IGP-M caiu 0,70% em agosto influenciado pela redução do ICMS e dos preços na refinaria. Como resultado, o índice acumula alta de 7,63% no ano e alta de 8,59% em 12 meses.

Foi divulgado que a arrecadação federal de julho atingiu mais de R\$ 202 bilhões, sendo o melhor resultado para o mês desde o início da série histórica, retratando a retomada do mercado de trabalho.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, defendeu o fim do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), após dizer que tal recolhimento desestimula os investimentos em produtos, o que conseqüentemente contribui para a desindustrialização brasileira.

Houve redução de 1,6% na produção de petróleo em agosto ao compará-la com o mês anterior e redução de 2,9% em comparação com o mesmo mês de 2021.

Foi divulgado os resultados da produção industrial de julho, a qual apresentou queda de 0,4% em comparação com o mês anterior e está abaixo do esperado.

O Comitê de Política Monetária (Copom) elevou a taxa Selic em 0,5% na reunião realizada no início de agosto. Com isso, a taxa acumula 13,75% ao ano.

O dólar apresentou valorização em agosto, após encerrá-lo com alta de 0,51%. Entretanto, a moeda norte-americana possui queda de 6,71% frente ao real em 2022.





### Variação do dólar em 2022

Cotação de fechamento, em R\$

— Dólar comercial — Dólar turismo (sem IOF)



Fonte: ValorPro

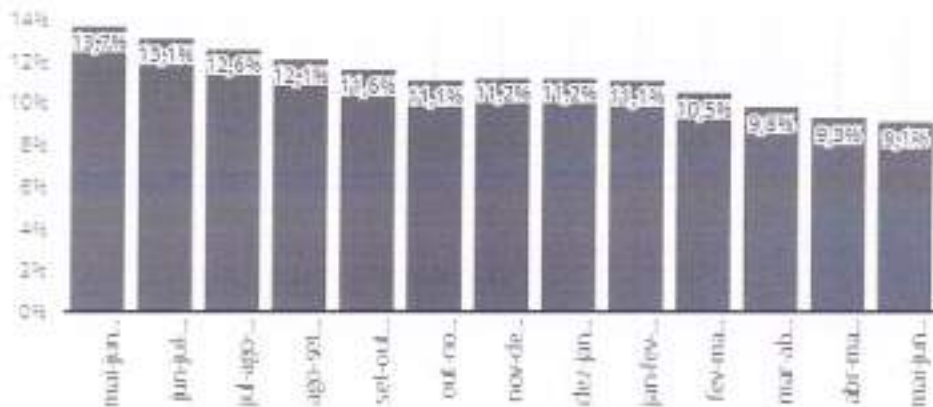
### Atividade, Emprego e Renda

De acordo com o IBGE, a taxa de desemprego recuou para 9,1% no trimestre encerrado em julho, sendo o menor índice da série desde o trimestre encerrado em dezembro de 2015. Entretanto, a falta de emprego ainda atinge 9,9 milhões de pessoas, sendo o menor nível desde o trimestre encerrado em janeiro de 2016.

### Evolução da taxa de desemprego no Brasil Índice no trimestre

Clique nas linhas para visualizar outros valores

● Índice no trimestre



g1

Fonte: IBGE

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature on the right and several smaller ones below.



A população ocupada foi de 98,7 milhões, o maior nível da série histórica que foi iniciada em 2012. Já o número de trabalhadores informais corresponde a 39,8% da população ocupada.

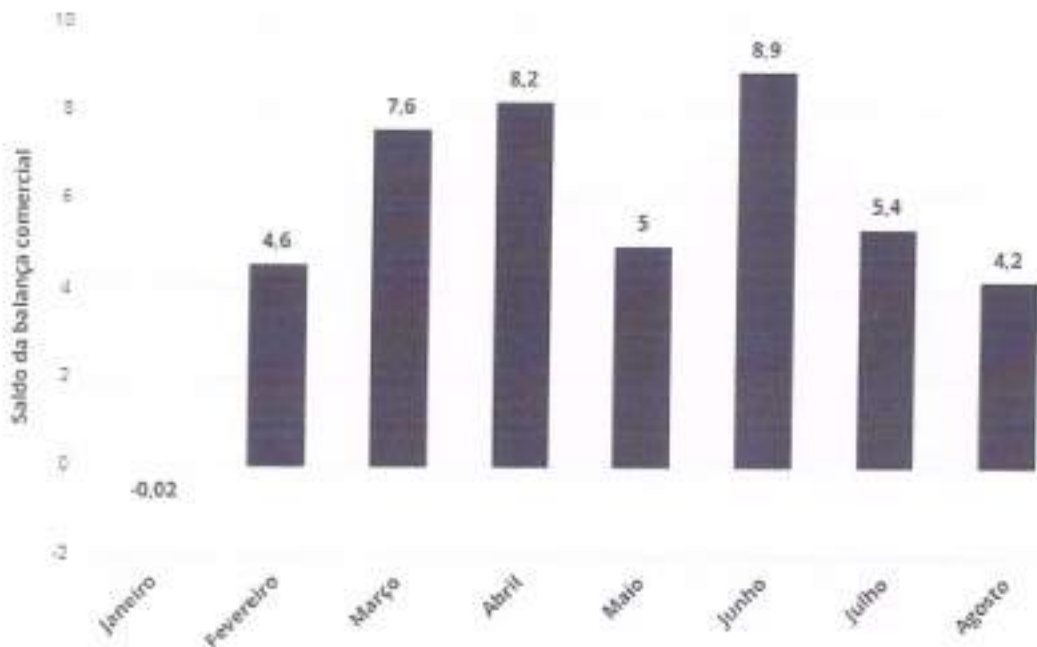
O rendimento médio real do trabalhador foi 2,9% maior do que o registrado no trimestre anterior, sendo o maior terceiro aumento seguido.

#### Setor Público

A Secretaria de Comércio Exterior do Ministério da Economia informou, a balança comercial brasileira registrou superávit de US\$ 4,2 bilhões em agosto. Entretanto, o resultado é de queda se comparado com o mês anterior.

### Resultado da balança comercial em 2022, mês a mês

Em US\$ bilhões, valores arredondados



Fonte: Ministério da Economia

Em agosto, as exportações totalizaram US\$ 30,840 bilhões e as importações, US\$ 26,675 bilhões. No acumulado do ano, a balança comercial tem saldo positivo de US\$ 44,1 bilhões.

Tanto as exportações, quanto as importações bateram recordes de valor no mês. Quanto às exportações, o resultado deve-se ao aumento dos embarques. Já a quantidade de produtos comprados subiu 14,9%, além do aumento dos preços.

#### Inflação

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) caiu 0,36% em agosto na comparação com mês anterior, sendo a segunda deflação seguida e está em linha com o esperado pelo mercado. Com isso, o índice acumula alta de 4,39% no ano e alta de 8,73% em 12 meses.

A queda foi impulsionada pela redução nos preços dos combustíveis, após redução da cobrança do ICMS. Além disso, houve redução dos transportes (-3,37%) e do grupo de comunicação (-1,10%).

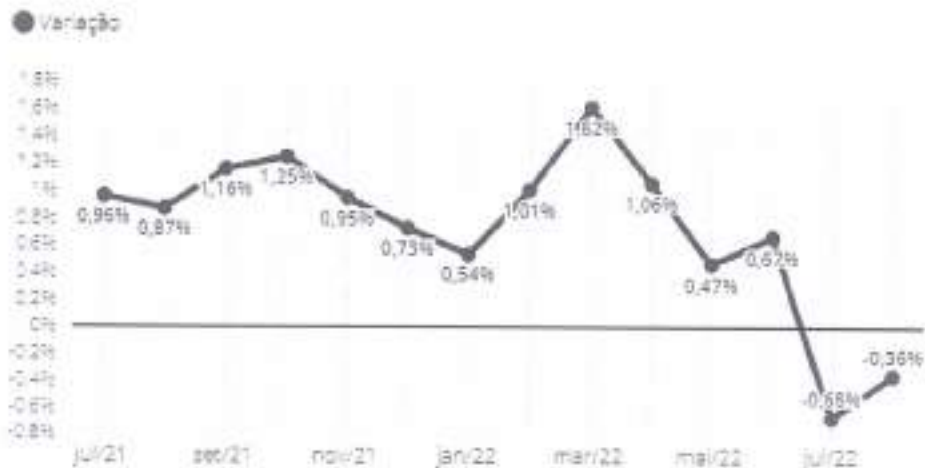
Por outro lado, o vestuário apresentou aumento (1,69%), saúde e cuidados pessoais também apresentaram variação positiva de 1,31%.

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page.

## IPCA - Inflação oficial mês a mês

Varição (%) na comparação com o mês anterior

Clique nas linhas para visualizar outros valores



g1

Fonte: IBGE

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) apresentou queda de 0,31% no mês, com destaque na redução de 3,24% no grupo de transportes. Como resultado, o índice acumula alta de 4,65% no ano e alta de 8,82% em 12 meses.



### Conclusão

Conforme exposto acima, observamos que o mês de agosto foi positivo para o Brasil, tendo em vista que a bolsa de valores e o IPCA apresentaram resultados favoráveis. Com isso, notamos que as medidas implementadas pelo governo e Banco Central estão sendo efetivas.

Já o setor externo continuou apresentando volatilidade e incertezas para os próximos períodos, tendo em vista os resultados de queda de produção industrial e de queda das bolsas.



Os investidores continuam preocupados quanto aos resultados que mostram uma desaceleração do crescimento econômico global, ocasionado pela alta inflação e constantes elevações das taxas básicas de juros.

**Perspectivas**

As perspectivas de novas altas dos juros nos EUA fazem com que muitos investidores estrangeiros deixem o Brasil para que obtenham melhores rentabilidades no país norte-americano. Com isso, há uma maior probabilidade de que a cotação do dólar se eleve nos próximos períodos, além disso, há a indicação de que poderá ter uma recessão global.

As perspectivas são de que as principais economias continuem subindo as taxas básicas de juros para conter os avanços da inflação. Já o Brasil, a expectativa é de que o ciclo de alta da taxa esteja próximo do fim.

Para os últimos meses de 2022, o Brasil passará por grande volatilidade com as eleições presidenciais se aproximando.

**7.1 EXPECTATIVAS DE MERCADO**

Índices (Mediana Agregado)	2024
IPCA (%)	4,7
IGP-M (%)	4,0
Taxa de Câmbio (R\$/US\$)	1,1
Meta Taxa Selic (No.a.)	13,75
Investimentos Direto no País (US\$ bilhões)	63,3
Dívida Líquida do Setor Público (% do PIB)	123,1
PIB (% do crescimento)	3,8
Balança comercial (US\$ bilhões)	-2,7

<https://www.bcb.gov.br/publicacoes/fovea>

*Handwritten signatures and notes in blue ink, including the name 'Jansen' and other illegible scribbles.*



**8 ALOCAÇÃO ESTRATÉGICA DOS RECURSOS**

Na aplicação dos recursos, os responsáveis pela gestão das aplicações dos recursos do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Nilópolis devem observar os limites e critérios estabelecidos nesta Política de Investimentos, na Resolução CMN nº 4.963/2021 e qualquer outro ato normativo relacionado ao tema, emitido pelos órgãos fiscalizadores e normatizadores.

A estratégia de alocação dos recursos para os próximos cinco anos, leva em consideração não somente o cenário macroeconômico como também as especificidades da estratégia definida pelo resultado da análise do fluxo de caixa atuarial e as projeções futuras de déficit e/ou superávit.

**Alocação Estratégica para o exercício de 2023**

Segmento	Tipo de Ativo	Limite da Resolução CMN %
Renda Fixa	7º I a - Títulos do Tesouro Nacional SELIC	100,00%
	7º I b - FI 100% Títulos TN	100,00%
	7º I c - FI Ref. em Índice de RF, 100% TP	100,00%
	7º II - Oper. compromissadas em TP TN	5,00%
	7º III a - FI RF	70,00%
	7º III b - FI de Índices RF	70,00%
	7º IV - Renda Fixa de emissão bancária	20,00%
	7º V a - FI em Direitos Creditórios - sênior	10,00%
	7º V b - FI Renda Fixa "Crédito Privado"	10,00%
	7º V c - FI de Debêntures Infraestrutura	10,00%
	<b>Limite de Renda Fixa</b>	<b>100,00%</b>

Renda Variável, Estruturados e FI	8º I - FI de Ações	40,00%
	8º II - ETF - Índice de Ações	40,00%
	10º I - FI Multimercado	10,00%
	10º II - FI em Participações	5,00%
	10º III - FI Mercado de Acesso	5,00%
	11º - FI Imobiliário	10,00%
	<b>Limite de Renda Variável, Estruturado e FI</b>	<b>40,00%</b>

Estratégia de Alocação - Política de Investimento de 2023		
Limite Inferior (%)	Estratégia Alvo (%)	Limite Superior (%)
0,00%	15,00%	30,00%
20,49%	52,50%	70,00%
0,00%	0,00%	0,00%
0,00%	0,00%	0,00%
13,00%	15,00%	65,00%
0,00%	0,00%	0,00%
0,00%	0,00%	20,00%
0,00%	0,00%	0,00%
0,00%	0,00%	5,00%
0,00%	0,00%	0,00%
<b>33,49%</b>	<b>82,50%</b>	<b>190,00%</b>

1,50%	5,00%	35,00%
0,00%	0,00%	0,00%
6,00%	7,50%	10,00%
0,00%	0,00%	0,00%
0,00%	0,00%	0,00%
0,00%	0,00%	5,00%
<b>7,64%</b>	<b>12,50%</b>	<b>50,00%</b>

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*



Exterior	9º I - Renda Fixa - Dívida Externa	10,00%
	9º II - Constituídos no Brasil	10,00%
	9º III - Ações - BDR Nível I	10,00%
	Limite de Investimentos no Exterior	10,00%

0,00%	0,00%	0,00%
0,00%	0,00%	0,00%
1,00%	3,00%	10,00%
1,00%	3,00%	10,00%

Consignado	12º - Empréstimo Consignado	5,00%
------------	-----------------------------	-------

0,00%	2,00%	10,00%
-------	-------	--------

<b>Total da Carteira de Investimentos</b>
---

<b>42,13%</b>	<b>100,00%</b>	<b>260,00%</b>
---------------	----------------	----------------

**Alocação Estratégica para os próximos 5 anos**

Segmento	Tipo de Ativo	Limite da Resolução CMN %
Renda Fixa	7º I a - Títulos do Tesouro Nacional SELIC	100,00%
	7º I b - FI 100% Títulos TN	100,00%
	7º I c - FI Ref. em Índice de RF, 100% TP	100,00%
	7º II - Oper. comprometidas em títulos TN	5,00%
	7º III a - FI RF	70,00%
	7º III b - FI de Índices RF	70,00%
	7º IV - Renda Fixa de emissão bancária	20,00%
	7º V a - FI em Direitos Creditórios - sênior	10,00%
	7º V b - FI Renda Fixa "Crédito Privado"	10,00%
	7º V c - FI de Debêntures Infraestrutura	10,00%
<b>Limite de Renda Fixa</b>		<b>100,00%</b>

Estratégia de Alocação - Política de Investimento - Próximos 5 anos	
Limite Inferior (%)	Limite Superior (%)
0,00%	30,00%
20,49%	70,00%
0,00%	0,00%
0,00%	0,00%
13,00%	65,00%
0,00%	0,00%
0,00%	20,00%
0,00%	0,00%
0,00%	5,00%
0,00%	0,00%
<b>33,49%</b>	<b>190,00%</b>

Renda Variável, Estruturados e FI	8º I - FI de Ações	40,00%
	8º II - ETF - Índice de Ações	40,00%
	10º I - FI Multimercado	10,00%
	10º II - FI em Participações	5,00%
	10º III - FI Mercado de Acesso	5,00%
	11º - FI Imobiliário	10,00%
	<b>Limite de Renda Variável, Estruturado e FI</b>	<b>40,00%</b>

1,50%	35,00%
0,00%	0,00%
6,00%	10,00%
0,00%	0,00%
0,00%	0,00%
0,00%	5,00%
<b>7,64%</b>	<b>50,00%</b>

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*



Exterior	9º I - Renda Fixa - Dívida Externa	10,00%
	9º II - Constituídos no Brasil	10,00%
	9º III - Ações - BDR Nível I	10,00%
	Limite de Investimentos no Exterior	10,00%

0,00%	0,00%
0,00%	0,00%
1,00%	10,00%
1,00%	10,00%

Consignado	12º - Empréstimo Consignado	5,00%
------------	-----------------------------	-------

0,00%	10,00%
-------	--------

O Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Nilópolis considera os limites apresentados no resultado do estudo técnico elaborado através das reservas técnicas atuariais e as reservas matemáticas projetadas pelo cálculo atuarial, o que pode exigir maior flexibilidade nos níveis de liquidez da carteira de investimentos. Foram observados também, a compatibilidade dos ativos investidos com os prazos e taxas das obrigações presentes e futuras.

Para a elaboração e definição dos limites apresentados foram considerados inclusive as análises mercadológicas e as perspectivas, bem como a compatibilidade dos ativos investidos atualmente pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Nilópolis com os prazos, montantes e taxas das obrigações atuariais presentes e futuras.

#### SEGMENTO DE RENDA FIXA

Obedecendo aos limites permitidos no segmento de renda fixa pela Resolução CMN nº 4.963/2021, o Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Nilópolis propõe-se adotar o limite de máximo de 100% (cem por cento) dos investimentos.

A negociação de títulos públicos no mercado secundário (compra/venda de títulos públicos) obedecerá ao disposto no Art. 7º, inciso I, alínea "a" da Resolução CMN nº 4.963/2021, onde deverão estar registrados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC).

A comercialização dos Títulos Públicos e demais Ativos Financeiros, deverão acontecer através de plataformas eletrônicas administradas por sistemas autorizados a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou pela Comissão de Valores Mobiliários, nas suas respectivas áreas de competência, admitindo-se, ainda, aquisição em ofertas públicas do Tesouro Nacional por intermédio das instituições regularmente habilitadas.

Na aquisição dos Títulos Públicos Federais contabilizados pelos respectivos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, o Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Nilópolis deverá cumprir cumulativamente as exigências da Portaria nº 1.467, de 02 de junho de 2022 sendo elas:

- Seja observada a sua compatibilidade com os prazos e taxas das obrigações presentes e futuras do RPPS;
- Sejam classificados separadamente dos ativos para negociação, ou seja, daqueles adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data da aquisição;



47

- c) Seja comprovada a intenção e capacidade financeira do RPPS de mantê-los em carteira até o vencimento; e
- d) Sejam atendidas as normas de atuária e de contabilidade aplicáveis aos RPPS, inclusive no que se refere à obrigatoriedade de divulgação das informações relativas aos títulos adquiridos, ao impacto nos resultados e aos requisitos e procedimentos, na hipótese de alteração da forma de precificação dos títulos de emissão do Tesouro Nacional.

#### 9 SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL, INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS E FUNDOS DE INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

Em relação aos segmentos de renda variável, investimentos estruturados e fundos de investimentos imobiliários, a Resolução CMN nº 4.963/2021 estabelece que o limite legal dos recursos alocados nos segmentos, não poderão exceder cumulativamente ao limite de 12,50% (**doze vírgula quinze por cento**) da totalidade dos recursos em moeda corrente.

Neste sentido, o **Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Nilópolis** propõe adotar como **limite máximo o percentual de 12,50% (doze vírgula quinze por cento) d** da totalidade dos recursos.

São considerados como investimentos estruturados segundo Resolução CMN nº 4.963/2021, os fundos de investimento classificados como multimercado, os fundos de investimento em participações- FIPs e os fundos de investimento classificados como "Ações – Mercado de Acesso".

#### SEGMENTO DE INVESTIMENTOS NO EXTERIOR

No segmento classificado como "Investimentos no Exterior", a Resolução CMN nº 4.963/2021 estabelece que o limite legal dos recursos alocados não poderá exceder cumulativamente ao limite de 10% (dez por cento) da totalidade dos recursos em moeda corrente.

Neste sentido, o **Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Nilópolis** propõe adotar como **limite máximo o percentual de 3,00% (três por cento) da totalidade dos recursos**.

Deverão ser considerados apenas os fundos de investimentos constituídos no exterior que possuam histórico de 12 (doze) meses, que seus gestores estejam em atividade há mais de 5 (cinco) anos e administrem o montante de recursos de terceiros equivalente a US\$ 5 bilhões de dólares na data do aporte.

#### 9.1 EMPRÉSTIMO CONSIGNADO

Para o segmento de empréstimos a segurado sem atividade, aposentados e pensionistas, na modalidade consignados, a Resolução CMN nº 4.963/2021 estabelece que o limite legal de 5,00% (**cinco por cento**) da totalidade dos recursos em moeda corrente.

Devido à complexidade na construção e adoção de parâmetros específicos de governança para o processo de implantação da modalidade, o **Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Nilópolis** propõe adotar, neste momento, como limite o percentual de 2,00% (dois por cento) da totalidade dos recursos.

Os parâmetros de rentabilidade perseguidos para a carteira de empréstimos consignados buscaram compatibilidade com o perfil das obrigações do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Nilópolis, tendo em vista a necessidade de busca e manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial. No processo de implantação da modalidade, não serão considerados desenquadramentos os limites aqui definidos, tendo o **Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Nilópolis** prazo de





**60 (sessenta) dias** para revisão e adequação da sua Política de Investimentos em atendimento aos novos parâmetros, especificamente o Art. 12, § 11 da Resolução CMN nº 4.963/2021.

**Carteira de empréstimo consignado**

Montante em aplicação (R\$):0,00	5% ou 10% do PL	
Prestações (R\$):	30% da Folha	
Prazo:	96 meses (igual INSS)	

O procedimento será realizado por meio de um software com o objetivo de interligar o sistema de gestão de folhas de pagamento de seus servidores e eventuais aposentados e pensionistas, operacionalizando os empréstimos concedidos.

**9.1.2 LIMITES GERAIS**

No acompanhamento dos limites gerais da carteira de investimentos do **Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Nilópolis**, em atendimento aos limites aqui estabelecidos e da Resolução CMN nº 4.963/2021, serão consolidadas as posições das aplicações dos recursos realizados direta e indiretamente por meio de fundos de investimentos e fundos de investimentos em cotas de fundos de investimentos.

Os limites utilizados para investimentos em títulos e valores mobiliários de emissão ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica serão os mesmos dispostos na Resolução CMN nº 4.963/2021.

No que tange ao limite geral de exposição por fundos de investimentos e em cotas de fundos de investimentos, fica o **Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Nilópolis** limitado a **20% de exposição**, com exceção dada aos fundos de investimentos enquadrados no Art. 7º, inciso I, alínea "b" da Resolução CMN nº 4.963/2021.

A exposição do total das aplicações dos recursos do **Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Nilópolis** no patrimônio líquido de um mesmo fundo de investimento **limitar-se-ão em 15% (quinze por cento)**. Para os fundos de investimentos classificados como FIDC – Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios, Crédito Privado e FI de Infraestrutura, a exposição no patrimônio líquido de em um mesmo fundo de investimento **limitar-se-ão a 5% (cinco por cento)**.

Para os fundos de Investimentos classificados como FIDC – Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios, que fazem parte da carteira de investimentos do **Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Nilópolis** a partir de 1º de janeiro de 2015, o limite estabelecido no parágrafo anterior, deverá ser calculado em proporção ao total de cotas da classe sênior e não do total de cotas do fundo de investimento.

O total das aplicações dos recursos do **Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Nilópolis** em fundos de investimento não pode exceder a **5% (cinco por cento)** do volume total de recursos de terceiros gerido por um mesmo gestor ou por gestoras ligadas ao seu respectivo grupo econômico.

Na obtenção da Certificação Institucional Pró-Gestão, os limites definidos nesta Política de Investimentos serão elevados gradativamente de acordo com o nível conquistado em consonância com o disposto no art. 7º, § 7º, art. 8º, § 3º e art. 10º, § 2º da Resolução CMN nº 4.963/2021.



Em eventual desenquadramento dos limites aqui definidos, o Comitê de Investimentos juntamente com o Gestor dos Recursos, deverão se ater as Políticas de Contingência definidas nesta Política de Investimentos.

### 9.1.3 DEMAIS ENQUADRAMENTOS

O Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Nilópolis considera todos os limites estipulados nesta Política de Investimentos e na Resolução CMN nº 4.963/2021, destacando especificamente:

- a) Poderão ser mantidas em carteira de investimentos, por até 180 (cento e oitenta) dias, as aplicações que passem a ficar desenquadradas em relação a esta Política de Investimentos e a Resolução CMN nº 4.963/2021, desde que seja comprovado que o desenquadramento foi decorrente de situações involuntárias, para as quais não tenha dado causa, e que o seu desinvestimento ocasionaria, comparativamente à sua manutenção, maiores riscos para o atendimento aos princípios de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, motivação, adequação a natureza de suas obrigações e transparência;
- b) Poderão ainda ser mantidas em carteira de investimentos, até seu respectivo encerramento, os fundos de investimentos que apresentem prazos para vencimento, resgate, carência ou conversão de cotas superior a 180 (cento e oitenta) dias, estando o Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Nilópolis obrigado a demonstrar a adoção de medidas de melhoria da governança e do controle de riscos na gestão dos recursos.

Serão entendidos como situações involuntárias:

- a) Entrada em vigor de alterações da Resolução vigente;
- b) Resgate de cotas de fundos de investimento por um outro cotista, nos quais o Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Nilópolis não efetue novos aportes;
- c) Valorização ou desvalorização dos demais ativos financeiros e fundos de investimentos que incorporam a carteira de investimentos do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Nilópolis;
- d) Reorganização da estrutura do fundo de investimento em decorrência de incorporação, fusão, cisão e transformação ou de outras deliberações da assembléia geral de cotistas, após as aplicações realizadas pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Nilópolis;
- e) Ocorrência de eventos de riscos que prejudiquem a formação das reservas e a evolução do patrimônio do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Nilópolis ou quando decorrentes de revisão do plano de custeio e da segregação da massa;
- f) Aplicações efetuadas na aquisição de cotas de fundo de investimento destinado exclusivamente a investidores qualificados ou profissionais, caso o Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Nilópolis deixe de atender aos critérios estabelecidos para essa categorização em regulamentação específica, com exceção do exposto na Nota Técnica SEI nº 457/2022/MTP; e
- g) Aplicações efetuadas em fundos de investimentos ou ativos financeiros que deixarem de observar os requisitos e condições previstos na Resolução CMN nº 4.963/2021.



Complementarmente ao processo de Credenciamento, somente serão considerados aptos ou enquadrados a receberem recursos do **Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Nilópolis**, os fundos de investimento que possuam por prestadores de serviços de gestão e administração de recursos, as Instituições Financeiras que atendem cumulativamente as condições:

- O administrador ou gestor dos recursos seja instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, obrigada a instituir comitê de auditoria e comitê de riscos nos termos da regulamentação do Conselho Monetário Nacional;
- O administrador do fundo de investimento detenha, no máximo, 50% dos recursos sob sua administração oriundos Regimes Próprios de Previdência Social e
- O gestor e o administrador do fundo de investimento tenham sido objeto de prévio credenciamento e que seja considerado pelos responsáveis pela gestão dos recursos do **Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Nilópolis** como de boa qualidade de gestão e ambiente de controle de investimento.

Em atendimento aos requisitos dispostos, deverão ser observados apenas quando da aplicação dos recursos, podendo os fundos de investimentos não enquadrados nos termos acima, permanecer na carteira de investimentos do **Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Nilópolis** até seu respectivo resgate ou vencimento.

Na obtenção da Certificação Institucional Pró-Gestão, não serão considerados desenquadramentos os limites aqui definidos, tendo o **Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Nilópolis** prazo de **60 (sessenta) dias** para revisão e adequação da sua Política de Investimentos em atendimento aos novos limites.

#### 9.1.4 VEDAÇÕES

O Gestor dos Recursos e o Comitê de Investimento do **Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Nilópolis** deverão seguir as vedações estabelecidas na Resolução CMN nº 4.963/2021, ficando adicionalmente vedada a aquisição de:

- Operações compromissadas lastreadas em títulos públicos e
- Aquisição de qualquer ativo final com alto risco de crédito.

#### 10 CONTROLE DE RISCO

Diante da metodologia e os critérios a serem adotados ao analisar os riscos dos investimentos, assim como as diretrizes para seu controle e monitoramento, é necessário observar a avaliação dos riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, legal, sistêmico e outros específicos a cada operação e tolerância do RPPS a esses riscos mencionados, conforme exposto no Art. 101, da Portaria 1.467/22.

As aplicações financeiras estão sujeitas à incidência de fatores de risco que podem afetar adversamente o seu retorno, e conseqüentemente, fica o **Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Nilópolis** obrigado a exercer o acompanhamento e o controle sobre esses riscos, considerando entre eles:

**Risco de Mercado** – é o risco inerente a todas as modalidades de aplicações financeiras disponíveis no mercado financeiro; corresponde à incerteza em relação ao resultado de um investimento financeiro ou de uma carteira de investimento, em decorrência de mudanças futuras nas condições



de mercado. É o risco de variações, oscilações nas taxas e preços de mercado, tais como taxa de juros, preços de ações e outros índices. É ligado às oscilações do mercado financeiro.

**Risco de Crédito** - também conhecido como risco institucional ou de contraparte, é aquele em que há a possibilidade de o retorno de investimento não ser honrado pela instituição que emitiu determinado título, na data e nas condições negociadas e contratadas;

**Risco de Liquidez** - surge da dificuldade em se conseguir encontrar compradores potenciais de um determinado ativo no momento e no preço desejado. Ocorre quando um ativo está com baixo volume de negócios e apresenta grandes diferenças entre o preço que o comprador está disposto a pagar (oferta de compra) e aquele que o vendedor gostaria de vender (oferta de venda). Quando é necessário vender algum ativo num mercado ilíquido, tende a ser difícil conseguir realizar a venda sem sacrificar o preço do ativo negociado.

### 10.1.1 CONTROLE DO RISCO DE MERCADO

O Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Nilópolis adota o VaR - *Value-at-Risk* para controle do risco de mercado, utilizando os seguintes parâmetros para o cálculo:

- ✓ Modelo paramétrico;
- ✓ Intervalo de confiança de 95% (noventa e cinco por cento);
- ✓ Horizonte temporal de 21 dias úteis.

Como parâmetro de monitoramento para controle do risco de mercado dos ativos que compõe a carteira, os membros do Comitê de Investimentos e o Gestor dos Recursos deverão observar as referências abaixo estabelecidas e realizar reavaliação destes ativos sempre que as referências pré-estabelecidas forem ultrapassadas.

- ✓ Segmento de Renda Fixa: **1,99%** do valor alocado neste segmento;
- ✓ Segmento de Renda Variável e Estruturados: **14,04%** do valor alocado neste segmento e
- ✓ Segmento de Investimento no Exterior **21,71%** do valor alocado nesse segmento

Como instrumento adicional de controle, o Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Nilópolis deverá monitorar a rentabilidade do fundo de investimento em janelas temporais (mês, ano, três meses, seis meses, doze meses e vinte e quatro meses), verificando o alinhamento com *obenchmarkde* cada ativo. Desvios significativos deverão ser avaliados pelos membros do Comitê de Investimentos, que decidirá pela manutenção, ou não, dos investimentos.

### 10.1.2 CONTROLE DO RISCO DE CRÉDITO

Na hipótese de aplicação de recursos financeiros em fundos de investimento que possuem em sua carteira de investimentos ativos de crédito, subordinam-se que estes sejam emitidas por companhias abertas devidamente operacionais e registrada; e que sejam de baixo risco em classificação efetuada por agência classificadora de risco, o que estiverem de acordo com a tabela abaixo:

AGÊNCIA CLASSIFICADORA DE RISCO	RATING MÍNIMO
STANDARD & POOR'S	BBB+ (perspectiva estável)
MOODY'S	Baa1 (perspectiva estável)
FITCH RATINGS	BBB+ (perspectiva estável)
AUSTIN RATING	A (perspectiva estável)
LF RATING	A (perspectiva estável)
LIBERUM RATING	A (perspectiva

*(Handwritten signatures and initials in blue ink)*



	estável)
--	----------

As agências classificadoras de risco supracitadas estão devidamente registradas na Comissão de Valores Mobiliários - CVM e autorizadas a operar no Brasil. Utilizam o sistema de *rating* para classificar o nível de risco das instituições financeiras, fundo de investimentos e dos ativos financeiros integrantes da carteira de investimentos dos fundos de investimentos ou demais ativos financeiros.

### 10.1.3 CONTROLE DO RISCO DE LIQUIDEZ

Nas aplicações em ativos financeiros que tem seu prazo de liquidez superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, a aprovação de alocação dos recursos deverá ser precedida de atestado de compatibilidade que comprove a análise de evidenciação quanto à capacidade do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Nilópolis em arcar com o fluxo de despesas necessárias ao cumprimento de suas obrigações atuariais, até a data da disponibilização dos recursos investidos. Entende-se como atestado de compatibilidade que comprova a análise de evidenciação quanto à capacidade em arcar com o fluxo de despesas necessárias ao cumprimento de suas obrigações atuariais, até a data da disponibilização dos recursos investidos, o estudo de ALM – AssetLiability Management.

### 10.1.4 CRÉDITO CONSIGNADO

Para cobertura aos riscos diante do processo de concessão e gestão dos créditos relativos aos empréstimos consignados, a unidade gestora vai adotar os seguintes critérios seguindo os parâmetros da Portaria 1.467/22 Anexo VIII, Seção III, Art. 13:

- a) Constituição de fundos garantidores e/ou oscilação de riscos;
- b) E/ou Contratação de seguros regulamentados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados CNSP e autorizados Superintendência de Seguros Privados pela Susep.

## 11 ALM – ASSET LIABILITY MANAGEMENT

As aplicações dos recursos e sua continuidade deverão observar a compatibilidade dos ativos investidos com os prazos, montantes e taxas das obrigações atuariais presentes e futuras do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Nilópolis, com o objetivo de manter o equilíbrio econômico-financeiro entre ativos e passivos.

Para garantir a compatibilidade, os responsáveis pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Nilópolis devem manter os procedimentos e controles internos formalizados para a gestão do risco de liquidez das aplicações de forma que os recursos estejam disponíveis na data do pagamento dos benefícios e demais obrigações do Regime. Deverão inclusive realizar o acompanhamento dos fluxos de pagamentos dos ativos, assegurando o cumprimento dos prazos e dos montantes das obrigações do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Nilópolis. Para se fazer cumprir as obrigações descritas acima, o Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Nilópolis buscará a adoção da ferramenta de gestão conhecida como estudo de ALM – AssetLiability Management.

O estudo compreende a forma pormenorizadamente da liquidez da carteira de investimentos em honrar os compromissos presentes e futuros, proporcionado ao Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Nilópolis a busca pela otimização da carteira de investimentos,



apresentando a melhor trajetória para o cumprimento da meta de rentabilidade, resguardando o melhor resultado financeiro possível também no longo prazo.

O estudo de ALM – AssetLiability Management deverá ser providenciado no mínimo uma vez ao ano, após o fechamento da Avaliação Atuarial, sendo necessário seu acompanhamento periódico, com emissão de Relatórios de Acompanhamento que proporcionará as atualizações de seus resultados em uma linha temporal não superior a um semestre.

Sua obrigatoriedade encontra-se prevista na Resolução CMN nº 4.963/2021, art. 6º, § 1º; e art. 102º alínea "c" da Portaria nº 1.467/2022.

### 11.1 EQUILÍBRIO ECONÔMICO E FINANCEIRO

Em atendimento ao Artigo 64 §1º e §2º da Portaria 1.467/2022, o RPPS adotará medidas para honrar os compromissos estabelecidos no plano de custeio e/ou segregação de massa, além da adequação do plano de custeio sobre a capacidade orçamentária e financeira.

Para isso será implementado um estudo para avaliar o equilíbrio econômico e financeiro (conforme exposto no Anexo VI da Portaria 1.467/22). Ademais o RPPS terá um acompanhamento das informações referente aos seus demonstrativos, devendo ser encaminhada aos órgãos de controle interno e externo com o objetivo de subsidiar a análise de capacidade orçamentária, financeira e fiscal, visando honrar com as obrigações presentes e futuras do RPPS.

### 12 POLÍTICA DE TRANSPARÊNCIA

Conforme a Portaria nº 1.467/2022, as informações contidas nessa Política de Investimentos e em suas possíveis revisões deverão ser disponibilizadas aos interessados, no prazo de 30 (trinta) dias contados de sua aprovação, observados os critérios estabelecidos através dos atos normativos vigentes.

À vista da exigência contida no art. 4º, incisos I, II, III, IV e V, parágrafo primeiro e segundo e ainda, art. 5º da Resolução CMN nº 4.963/2021, a Política de Investimentos deverá ser disponibilizada no site do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Nilópolis, Diário Oficial do Município ou em local de fácil acesso e visualização, sem prejuízo de outros canais oficiais de comunicação.

Todos e demais documentos correspondentes a análise, avaliação, gerenciamento, assessoramento e decisão, deverão ser disponibilizados via Portal de Transparência de própria autoria ou na melhor qualidade de disponibilização aos interessados.

### 13 CREDENCIAMENTO

Seguindo a Portaria nº 1.467/2022 que determina que antes da realização de qualquer novo aporte, o Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Nilópolis, na figura de seu Comitê de Investimentos, deverá assegurar que as Instituições Financeiras escolhidas para receber as aplicações dos recursos tenham sido objeto de prévio credenciamento.

Complementarmente, a própria Resolução CMN nº 4.963/2021 em seu Art. 1º, §1º, inciso VI e §3º, determina que as Instituições Financeiras escolhidas para receber as aplicações dos recursos deverão passar pelo prévio credenciamento. Adiciona ainda o acompanhamento e a avaliação do gestor e do administrador dos fundos de investimento.



Considerando todas as exigências, o **Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Nilópolis**, através de seu Edital de Credenciamento, deverá atestar o cumprimento integral de todos os **requisitos mínimos** de credenciamento, inclusive:

- a) atos de registro ou autorização na forma do §1º e inexistência de suspensão ou inabilitação pelo Banco Central do Brasil ou Comissão de Valores Mobiliários ou órgão competente;
- b) observância de elevado padrão ético de conduta nas operações realizadas no mercado financeiro e ausência de restrições que, a critério do Banco Central do Brasil, da Comissão de Valores Mobiliários ou de outros órgãos competentes desaconselhem um relacionamento seguro
- c) análise do histórico de sua atuação e de seus principais controladores
- d) experiência mínima de 5 anos dos profissionais diretamente relacionados à gestão de ativos de terceiros;
- e
- e) análise quanto ao volume de recursos sob sua gestão e administração, bem como quanto à qualificação do corpo técnico e segregação de atividades.

Deverá ser realizado o credenciamento das corretoras ou distribuidoras de títulos e valores mobiliários que tenham relação com operações diretas com título de emissão do Tesouro Nacional que forem registradas no Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC.

A conclusão da análise das informações e da verificação dos requisitos estabelecidos para o credenciamento, deverá ser registrada em um Termo de Credenciamento, este que deverá observar os seguintes requisitos:

- a) Estar embasado nos formulários de diligência previstos em códigos de auto-regulação relativos à administração de recursos de terceiros, disponibilizados por entidade representativa dos participantes do mercado financeiro e de capitais que possua convênio com a CVM para aproveitamento de auto-regulação na indústria de fundos de investimento;
- b) Ser atualizado a cada 24 (vinte e quatro) meses.
- c) Contemplar, em caso de fundos de investimentos, o administrador, o gestor e o distribuidor do fundo; e Ser instruído, com os documentos previstos na instrução de preenchimento do modelo disponibilizado na página da Previdência Social, disponível na internet.

Em aspectos mais abrangentes, no processo de seleção dos gestores e administradores, deverão ser considerados os aspectos qualitativos e quantitativos, tendo como parâmetro de análise o mínimo:

**Tradição e Credibilidade da Instituição** – envolvendo volume de recursos administrados e geridos, no Brasil e no exterior, capacitação profissional dos agentes envolvidos na administração e gestão de investimentos do fundo, que incluem formação acadêmica continuada, certificações, reconhecimento público etc., tempo de atuação e maturidade desses agentes na atividade, regularidade da manutenção da equipe, com base na rotatividade dos profissionais e na tempestividade na reposição, além de outras informações relacionadas com a administração e gestão de investimentos que permitam identificar a cultura fiduciária da instituição e seu compromisso com princípios de responsabilidade nos investimentos e de governança;

**Gestão do Risco** – envolvendo qualidade e consistência dos processos de administração e gestão, em especial aos riscos de crédito – quando aplicável – liquidez, mercado, legal e operacional, efetividade dos controles internos, envolvendo, ainda, o uso de ferramentas, softwares e consultorias



especializadas, regularidade na prestação de informações, atuação da área de "compliance", capacitação profissional dos agentes envolvidos na administração e gestão de risco do fundo, que incluem formação acadêmica continuada, certificações, reconhecimento público etc., tempo de atuação e maturidade desses agentes na atividade, regularidade da manutenção da equipe de risco, com base na rotatividade dos profissionais e na tempestividade na reposição, além de outras informações relacionadas com a administração e gestão do risco;

**Avaliação de aderência dos Fundos aos indicadores de desempenho (Benchmark) e riscos** – envolvendo a correlação da rentabilidade com seus objetivos e a consistência na entrega de resultados no período mínimo de dois anos anteriores ao credenciamento.

Entende-se que os fundos de investimentos possuem uma gestão discricionária, na qual o gestor decide pelos investimentos que vai realizar, desde que, respeitando o regulamento do fundo de investimento e as normas aplicáveis aos Regimes Próprios de Previdência Social.

No que tange ao distribuidor, instituição integrante do sistema de distribuição ou agente autônomo de investimento, sua análise e registro recairá sobre o contrato para distribuição e mediação do produto ofertado e sua regularidade com a Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

### 13.1.1 PROCESSO DE EXECUÇÃO

O credenciamento se dará por meio eletrônico, através do sistema eletrônico utilizado pelo **Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Nilópolis**, no âmbito de controle, inclusive no gerenciamento dos documentos e certidões requisitadas.

Fica definido adicionalmente como medida de segurança e como critério documental para credenciamento, o relatório *DueDiligenceda* ANBIMA entendidos como "Seção UM, DOIS e TRÊS".

Encontra-se qualificado a participar do processo seletivo qualquer Instituição Financeira administradora e/ou gestora de recursos financeiros dos fundos de investimentos em que figurarem Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil obrigadas a instituir comitê de auditoria e comitê de riscos, nos termos das Resoluções CMN nº 3.198/2004 e nº 4.557/2017, respectivamente. As demais instituições que não cumprem tais requisitos, podem ser credenciadas normalmente, entretanto para tal instituição estar apta ao aporte do RPPS deve ter ao menos um dos prestadores de serviço devidamente enquadrado.

Os demais parâmetros para o credenciamento foram adotados no processo de implantação das regras, procedimentos e controles internos do **Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Nilópolis** que visam garantir o cumprimento de suas obrigações, respeitando a Política de Investimentos estabelecida, observados os segmentos, limites e demais requisitos previstos estabelecidos e os parâmetros estabelecidos nas normas gerais de organização e funcionamento dos Regimes Próprios de Previdência Social, em regulamentação da Secretaria de Previdência.





### 13.1.2 VALIDADE

As análises dos quesitos verificados nos processos de credenciamento, deverão ser atualizados a cada 24(vinte e quatro) meses ou sempre que houver a necessidade.

### 14 PRECIFICAÇÃO DE ATIVOS

Os princípios e critérios de precificação para os ativos e os fundos de investimentos que compõe ou que virão a compor a carteira de investimentos do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Nilópolis, deverão seguir o critério de precificação de marcação a mercado (MaM).

Conforme dispõe o artigo 143 da Portaria 1.467/2022, deverão ser observados os princípios e normas de contabilidade aplicáveis ao setor público para o registro de valores da carteira de investimentos do Regime Próprio de Previdência Social, tendo como base metodologias, critérios e fontes de referência para a precificação dos ativos como são estabelecidos na política de investimentos, conforme as normas da CVM, Banco do Brasil e, também, pelos parâmetros reconhecidos pelo mercado financeiro.

Além disso, conforme disposto no art. 145 da Portaria 1.467/2022, os ativos financeiros que integrem a carteira do RPPS poderão ser classificados da seguinte forma:

- a) Disponíveis para negociação futura ou para venda imediata; ou
- b) Mantidas até o vencimento.

Caso seja realizada uma reclassificação dos ativos da categoria e mantidos até o vencimento para a categoria de ativos disponíveis para negociação, como explica a Portaria 1.467/2022 no anexo VIII.

Poderão ser contabilizados pelos respectivos custos de aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos os Títulos Públicos Federais, desde que se cumpram cumulativamente as devidas exigências da Portaria nº1.467, de 02 de junho de 2022 já descritos anteriormente.

### METODOLOGIA

#### 14.1.1 MARCAÇÕES

O processo de marcação a mercado consiste em atribuir um preço justo a um determinado ativo ou derivativo, seja pelo preço de mercado, caso haja liquidez, ou seja, na ausência desta, pela melhor estimativa que o preço do ativo teria em uma eventual negociação.

O processo de marcação na curva consiste na contabilização do valor de compra de um determinado título, acrescido da variação da taxa de juros, desde que a emissão do papel seja carregada até o seu respectivo vencimento. O valor será atualizado diariamente, sem considerar as oscilações de preço auferidas no mercado.

### CRITÉRIOS DE PRECIFICAÇÃO

#### 14.1.2 TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS

São ativos de renda fixa emitidos pelo Tesouro Nacional, que representam uma forma de financiar a dívida pública e permitem que os investidores emprestem dinheiro para o governo, recebendo em



troca uma determinada rentabilidade. Possuem diversas características como: liquidez diária, baixo custo, baixíssimo risco de crédito, e a solidez de uma instituição enorme por trás.

Como fonte primária de dados, a curva de títulos em reais, gerada a partir da taxa indicativa divulgada pela ANBIMA e a taxa de juros divulgada pelo Banco Central, encontramos o valor do preço unitário do título público.

**Marcação a Mercado**

Através do preço unitário divulgado no extrato do custodiante, multiplicado pela quantidade de títulos públicos detidos pelo regime, obtivemos o valor a mercado do título público na carteira de investimentos. Abaixo segue fórmula:

$$Vm = PU_{Atual} * Qt_{título}$$

Onde:

$Vm$  = valor de mercado

$PU_{atual}$  = preço unitário atual

$Qt_{títulos}$  = quantidade de títulos em posse do regime

**Marcação na Curva**

Como a precificação na curva é dada pela apropriação natural de juros até a data de vencimento do título, as fórmulas variam de acordo com o tipo de papel, sendo:

*Tesouro IPCA – NTN-B*

O Tesouro IPCA – NTN-B Principal possui fluxo de pagamento simples, ou seja, o investidor faz a aplicação e resgata o valor de face (valor investido somado à rentabilidade) na data de vencimento do título.

É um título pós-fixado cujo rendimento se dá por uma taxa definida mais a variação da taxa do Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo em um determinado período.

O Valor Nominal Atualizado é calculado através do VNA na data de compra do título e da projeção do IPCA para a data de liquidação, seguindo a equação:

$$VNA = VNA_{data\ de\ compra} * (1 + IPCA_{projetado})^{1/252}$$

Onde:

$VNA$  = Valor Nominal Atualizado

$VNA_{data\ de\ compra}$  = Valor Nominal Atualizado na data da compra

$IPCA_{projetado}$  = inflação projetada para o final do exercício

O rendimento da aplicação é recebido pelo investidor ao longo do investimento, por meio do pagamento de juros semestrais e na data de vencimento com resgate do valor de face somado ao último cupom de juros.

*Tesouro SELIC – LFT*

O Tesouro SELIC – LFT possui fluxo de pagamento simples pós-fixado pela variação da taxa SELIC.

O valor projetado a ser pago pelo título, é o valor na data base, corrigido pela taxa acumulada da SELIC até o dia de compra, mais uma correção da taxa SELIC meta para dia da liquidação do título.

Sendo seu cálculo:

$$VNA = VNA_{data\ de\ compra} * (1 + SELIC_{meta})^{1/252}$$

*[Handwritten signatures and notes in blue ink]*



Onde:

$VNA$  = Valor Nominal Atualizado

$VNA_{data\ de\ compra}$  = Valor Nominal Atualizado na data da compra

$SBLIC_{meta}$  = Inflação atualizada

#### Tesouro Prefixado – LTN

A LTN é um título prefixado, ou seja, sua rentabilidade é definida no momento da compra, que não faz pagamentos semestrais. A rentabilidade é calculada pela diferença entre o preço de compra do título e seu valor nominal no vencimento, R\$ 1.000,00.

A partir da diferença entre o preço de compra e o de venda, é possível determinar a taxa de rendimento. Essa taxa pode ser calculada de duas formas:

$$Taxa\ Efetiva\ no\ Período = \left[ \frac{Valor\ de\ Venda}{Valor\ de\ Compra} - 1 \right] \cdot 100$$

Onde:

$Taxa\ Efetiva\ no\ Período$  = Taxa negociada no momento da compra

$Valor\ de\ Venda$  = Valor de negociação do Título Público na data final

$Valor\ de\ Compra$  = Valor de negociação do Título na aquisição

Ou, tendo como base um ano de 252 dias úteis:

$$Taxa\ Efetiva\ no\ Período = \left[ \left( \frac{Valor\ de\ Venda}{Valor\ de\ Compra} \right)^{\frac{252}{dias\ úteis\ no\ período}} - 1 \right] \cdot 100$$

Onde:

$Taxa\ Efetiva\ no\ Período$  = Taxa negociada no momento da compra

$Valor\ de\ Venda$  = Valor de negociação do Título Público na data final

$Valor\ de\ Compra$  = Valor de negociação do Título na aquisição

#### Tesouro Prefixado com Juros Semestrais – NTN-F

Na NTN-F ocorre uma situação semelhante à NTN-B, com pagamentos semestrais de juros só que com a taxa pré-fixada e pagamento do último cupom ocorre no vencimento do título, juntamente com o resgate do valor de face.

A rentabilidade do Tesouro Pré-fixado com Juros Semestrais pode ser calculada segundo a equação:

$$Preço = \sum_{t=1}^n 1.000 \cdot \left[ \frac{(1,10)^{0,5t} - 1}{(1 + TIR)^{\frac{DUN}{252}}} \right] + 1.000 \cdot \left[ \frac{1}{(1 + TIR)^{\frac{DUN}{252}}} \right]$$

Em que  $DUN$  é o número de dias úteis do período e  $TIR$  é a rentabilidade anual do título.

#### Tesouro IGPM com Juros Semestrais – NTN-C

A NTN-C tem funcionamento parecido com NTN-B, com a diferença no indexador, pois utiliza o IGPM ao invés de IPCA. Atualmente, as NTN-C não são ofertadas no Tesouro Direto sendo apenas recomprado pelo Tesouro Nacional.

O VNA desse título pode ser calculado pela equação:

$$VNA = VNA_{data\ de\ compra} \cdot (1 + IGPM_{projetado})^{N1/N2}$$

Onde  $N1$  representa o número de dias corridos entre data de liquidação e primeiro do mês atual e  $N2$  sendo o número de dias corridos entre o dia primeiro do mês seguinte e o primeiro mês atual.

*[Handwritten signatures and notes in blue ink]*



Como metodologia final de apuração para os Títulos Públicos que apresentam o valor nominal atualizado, finaliza-se a apuração nos seguintes passos:

(i) identificação da cotação:

$$Cotação = \frac{100}{(1 + Taxa)^{\frac{DU}{252}}}$$

Onde:

*Cotação* = é o valor unitário apresentado em um dia

*Taxa* = taxa de negociação ou compra o Título Público Federal

(ii) identificação do preço atual:

$$Preço = VNA * \left[ \frac{Cotação}{100} \right]$$

Onde:

*Preço* = valor unitário do Título Público Federal

*VNA* = Valor Nominal Atualizado

*Cotação* = é o valor unitário apresentado em um dia

#### 14.1.3 FUNDOS DE INVESTIMENTOS

A Instrução CVM 555 dispõe sobre a constituição, a administração, o funcionamento e a divulgação de informações dos fundos de investimento.

O investimento em um fundo de investimento, portanto, confere domínio direto sobre fração ideal do patrimônio dado que cada cotista possui propriedade proporcional dos ativos inerentes à composição de cada fundo, sendo inteiramente responsável pelo ônus ou bônus dessa propriedade.

Através de divulgação pública e oficial, calcula-se o retorno do fundo de investimentos auferindo o rendimento do período, multiplicado pelo valor atual. Abaixo segue fórmula:

$$retorno = (1 + S_{anterior}) * Rend_{fundo}$$

Onde:

Retorno: valor da diferente do montante aportado e o resultado final do período

*S<sub>anterior</sub>*: saldo inicial do investimento

*Rend<sub>fundo</sub>*: rendimento do fundo de investimento em um determinado período (em percentual)

Para auferir o valor aportado no fundo de investimento quanto a sua posição em relação à quantidade de cotas, calcula-se:

$$V_{atual} = V_{cota} * Qt_{cotas}$$

Onde:

*V<sub>atual</sub>*: valor atual do investimento

*V<sub>cota</sub>*: valor da cota no dia

*Qt<sub>cotas</sub>*: quantidade de cotas adquiridas mediante aporte no fundo de investimento

Em caso de fundos de investimento imobiliários (FII), onde consta ao menos uma negociação de compra e venda no mercado secundário através de seu *ticket*; esse será calculado através do valor de mercado divulgado no site do B3, caso contrário será calculado a valor de cota, através de divulgado no site da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

5



#### 14.1.4 TÍTULOS PRIVADOS

Títulos privados são títulos emitidos por empresas privadas visando à captação de recursos.

As operações compromissadas lastreadas em títulos públicos são operações de compra (venda) com compromisso de revenda (recompra). Na partida da operação são definidas a taxa de remuneração e a data de vencimento da operação. Para as operações compromissadas sem liquidez diária, a marcação a mercado será em acordo com as taxas praticadas pelo emissor para o prazo do título e, adicionalmente, um *spread* da natureza da operação. Para as operações compromissadas negociadas com liquidez diária, a marcação a mercado será realizada com base na taxa de revenda/recompra na data.

Os certificados de depósito bancário (CDBs) são instrumentos de captação de recursos utilizados por instituições financeiras, os quais pagam ao aplicador, ao final do prazo contratado, a remuneração prevista, que em geral é flutuante ou pré-fixada, podendo ser emitidos e registrados na CETIP.

Os CDBs pré-fixados são títulos negociados com *ágio/deságio* em relação à curva de juros em reais. A marcação do CDB é realizada descontando o seu valor futuro pela taxa pré-fixada de mercado acrescida do *spread* definido de acordo com as bandas de taxas referentes ao prazo da operação e rating do emissor.

Os CDBs pós-fixados são títulos atualizados diariamente pelo CDI, ou seja, pela taxa de juros baseada na taxa média dos depósitos interbancários de um dia, calculada e divulgada pela CETIP. Geralmente, o CDI é acrescido de uma taxa ou por percentual *spread* contratado na data de emissão do papel. A marcação do CDB é realizada descontando o seu valor futuro projetado pela taxa pré-fixada de mercado acrescida do *spread* definido de acordo com as faixas de taxas em vigor.

#### 14.1.5 Tipos de marcação

Os ativos financeiros integrantes das carteiras dos RPPS podem ser classificados como disponíveis para negociação futura ou para venda imediata, ou mantidos até o vencimento, conforme Art. 145 da Portaria 1.467/22.

Sendo assim a precificação para tais investimentos poderão ser definidas da seguinte forma:

- Títulos Públicos: marcação a mercado ou marcação na curva quando o RPPS optar por manter aplicação até o vencimento.
- Fundos de Investimento: marcação a mercado ou marcação patrimonial para fundos cujo objetivo é a manutenção em longo prazo e/ou até o final do prazo de encerramento.
- Títulos Privados: marcação a mercado ou marcação na curva para ativos com carência que o RPPS mantenha até o vencimento.

#### 15 FONTES PRIMÁRIAS DE INFORMAÇÕES

Como os procedimentos de marcação a mercado são diários, como norma e sempre que possível, adotam-se preços e cotações das seguintes fontes:

- Títulos Públicos Federais e debêntures: Taxas Indicativas da ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais ([https://www.anbima.com.br/pt\\_br/informar/taxas-de-titulos-publicos.htm](https://www.anbima.com.br/pt_br/informar/taxas-de-titulos-publicos.htm));
- Cotas de fundos de investimentos: Comissão de Valores Mobiliários – CVM (<http://www.cvm.gov.br/menu/regulados/fundos/consultas/fundos.html>);

5



- c) Valor Nominal Atualizado: Valor Nominal Atualizado ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais ([https://www.anbima.com.br/pt\\_br/informar/valor-nominal-atualizado.htm](https://www.anbima.com.br/pt_br/informar/valor-nominal-atualizado.htm));
- d) Ações, opções sobre ações líquidas e termo de ações: BM&FBOVESPA ([http://www.bmfbovespa.com.br/pt\\_br/](http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/)); e
- e) Certificado de Depósito Bancário – CDB: CETIP ([http://www.b3.com.br/pt\\_br/](http://www.b3.com.br/pt_br/)).

#### 16 POLÍTICA DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

Para o acompanhamento e avaliação dos resultados da carteira de investimento e de seus respectivos fundos de investimentos, serão adotados metodologias e critérios que atendam conjuntamente as normativas expedidas pelos órgãos fiscalizadores e reguladores.

Como forma de acompanhamento, será obrigatório a elaboração de relatórios mensais, que contemple no mínimo informações sobre a rentabilidade e riscos das diversas modalidades de operações realizadas quanto às aplicações dos recursos do **Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Nilópolis**, bem como a aderência das alocações e dos processos decisórios relacionados.

O referido relatório mensal deverá ser acompanhado de parecer do Comitê de Investimentos, que deverá apresentar a análise dos resultados obtidos no mês de referência, inclusive suas considerações e deliberações.

O Comitê de Investimentos deverá apresentar no mínimo o plano de ação com o cronograma das atividades a serem desempenhadas relativas à gestão dos recursos.

Deverão fazer parte dos documentos do processo de acompanhamento e avaliação:

- a) Editorial sobre o panorama econômico relativo à semana e mês anterior;
- b) Relatório Mensal que contém: análise qualitativa da situação da carteira em relação à composição, rentabilidade, enquadramentos, aderência à Política de Investimentos, riscos; análise quantitativa baseada em dados históricos e ilustrada por comparativos gráficos; cumprindo a exigência da Portaria 1.467, de 02 de junho de 2022.
- c) Relatório Trimestral que contém: análise sobre a rentabilidade e risco das diversas modalidades de operações realizadas pelo RPPS, com títulos, valores mobiliários e demais ativos alocados nos segmentos de renda fixa, renda variável, investimentos estruturados e investimentos no exterior, cumprindo a exigência da Portaria 1.467, de 02 de junho de 2022.
- d) Relatório de Análise de Fundos de Investimentos classificados a ICVM 555/2014 que contém: análise de regulamento, enquadramento, prospecto (quando houver) e parecer opinativo;
- e) Relatório de Análise de Fundos de Investimentos classificados como “Estruturados” que contém: análise de regulamento, enquadramento, prospecto (quando houver) e parecer opinativo e
- f) Relatório de Análise da Carteira de Investimentos com parecer opinativo sobre estratégia tática.

5



## 17 PLANO DE CONTINGÊNCIA

O Plano de Contingência estabelecido, contempla a abrangência exigida pela Resolução CMN nº 4.963/2021, em seu Art. 4º, inciso VIII, ou seja, entende-se por “contingência” no âmbito desta Política de Investimentos a **excessiva exposição a riscos e potenciais perdas dos recursos**.

Com a identificação clara das contingências, chegamos ao desenvolvimento do plano no processo dos investimentos, que abrange não somente a Diretoria Executiva e Gestor dos Recursos, como também o Comitê de Investimentos e o Conselho Deliberativo.

### 17.1.1 EXPOSIÇÃO A RISCO

Entende-se como Exposição a Risco os investimentos que direcionam a carteira de investimentos do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Nilópolis para o não cumprimento dos limites, requisitos e normas estabelecidos aos Regimes Próprios de Previdência Social.

O não cumprimento dos limites, requisitos e normas estabelecidos, podem ser classificados como sendo:

- 1 Desenquadramento da Carteira de Investimentos;
- 2 Desenquadramento do Fundo de Investimento;
- 3 Desenquadramento da Política de Investimentos;
- 4 Movimentações Financeiras não autorizadas;

Caso identificado o não cumprimento dos itens descritos, ficam os responsáveis pelos investimentos, devidamente definidos nesta Política de Investimentos, obrigados a:

Contingências	Medidas	Resolução
1 – Desenquadramento da Carteira de Investimentos	a) Apuração das causas acompanhado de relatório; b) Identificação dos envolvidos a contar do início do processo; c) Estudo Técnico com a viabilidade para o enquadramento.	Curto, Médio e Longo Prazo
2 – Desenquadramento do Fundo de Investimento	a) Apuração das causas acompanhado de relatório; b) Identificação dos envolvidos a contar do início do processo; c) Estudo Técnico com a viabilidade para o enquadramento.	Curto, Médio e Longo Prazo
3 – Desenquadramento da Política de Investimentos	a) Apuração das causas acompanhado de relatório; b) Identificação dos envolvidos a contar do início do processo; c) Estudo Técnico com a viabilidade para o enquadramento.	Curto, Médio e Longo Prazo
4 – Movimentações Financeiras não autorizadas	a) Apuração das causas acompanhado de relatório; b) Identificação dos envolvidos a contar do início do processo; c) Estudo Técnico com a viabilidade para resolução; d) Ações e Medidas, se necessárias, judiciais para a responsabilização dos responsáveis.	Curto, Médio e Longo Prazo

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*



### 17.1.2 POTENCIAIS PERDAS DOS RECURSOS

Entende como potenciais perdas dos recursos os volumes expressivos provenientes de fundos de investimentos diretamente atrelados aos riscos de mercado, crédito e liquidez.

Contingências	Medidas	Resolução
1 – Potenciais perdas de recursos	a) Apuração das causas acompanhado de relatório; b) Identificação dos envolvidos a contar do início do processo; c) Estudo Técnico com a viabilidade administrativa, financeira e se for o caso, jurídica.	Curto, Médio e Longo Prazo

### 18 CONTROLES INTERNOS

Antes de qualquer aplicação, resgate ou movimentações financeiras ocorridas na carteira de investimentos do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Nilópolis, os responsáveis pela gestão dos recursos deverão seguir todos os princípios e diretrizes envolvidos nos processos de aplicação dos recursos.

O acompanhamento mensal do desempenho da carteira de investimentos em relação à Meta de Rentabilidade definida, garantirá ações e medidas no curto e médio prazo do equacionamento de quaisquer distorções decorrentes dos riscos a ela atrelados.

Com base nas determinações da Portaria nº 1.467/2022, foi instituído o Comitê de Investimentos através da lei Complementar nº 141 de 2018 com a finalidade mínima de participar no processo decisório quanto à formulação e execução da Política de Investimentos.

Suas ações são previamente aprovadas em Plano de Ação estipulado para o exercício corrente e seu controle será promovido pelo Gestor dos Recursos e Presidente do Comitê de Investimentos.

Entende-se como participação no processo decisório quanto à formulação e execução da Política de Investimentos a abrangência de:

- garantir o cumprimento das normativas vigentes;
- garantir o cumprimento da Política de Investimentos e suas revisões;
- garantir a adequação dos investimentos de acordo com o perfil do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Nilópolis;
- monitorar o grau de risco dos investimentos;
- observar que a rentabilidade dos recursos esteja de acordo com o nível de risco assumido;
- garantir a gestão ética e transparente dos recursos;
- garantir a execução dos processos internos voltados para área de investimentos;
- instaurar sindicância no âmbito dos investimentos e processos de investimentos se assim houver a necessidade;

3





- i) executar plano de contingência no âmbito dos investimentos conforme definido em Política de Investimentos se assim houver a necessidade;
- j) garantir a execução, o cumprimento e acompanhamento do Credenciamento das Instituições Financeiras;
- k) garantir que a Alocação Estratégica esteja em consonância com os estudos técnicos que nortearam o equilíbrio atuarial e financeiro e
- l) qualquer outra atividade relacionada diretamente à área de investimentos.

Todo o acompanhamento promovido pelo Comitê de Investimentos será designado em formato de relatório e/ou parecer, sendo disponibilizado para apreciação, análise, contestação e aprovação por parte do Conselho de Deliberação. Sua periodicidade se adequada ao porte do **Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Nilópolis**.

Os relatórios e/ou pareceres supracitados serão mantidos e colocados à disposição do Ministério da Secretária da Previdência e Trabalho, Secretária de Previdência Social - SPREV, Tribunal de Contas do Estado, Conselho Fiscal, Controle Interno e demais órgãos fiscalizadores e interessados.

#### 19 DISPOSIÇÕES GERAIS

A presente Política de Investimentos poderá ser revista no curso de sua execução e deverá ser monitorada no curto prazo, a contar da data de sua aprovação pelo órgão superior competente do **Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Nilópolis**, sendo que o prazo de validade compreenderá apenas o ano de 2022.

Reuniões extraordinárias promovidas pelo Comitê de Investimentos e posteriormente com Conselho Deliberativo do **Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Nilópolis**, serão realizadas sempre que houver necessidade de ajustes nesta Política de Investimentos perante o comportamento/conjuntura do mercado, quando se apresentar o interesse da preservação dos ativos financeiros e/ou com vistas à adequação à nova legislação.

A Política de Investimentos e suas possíveis revisões; a documentação que os fundamenta, bem como as aprovações exigidas, permanecerão à disposição dos órgãos de acompanhamento, supervisão e fiscalização pelo prazo de 10 (dez) anos.

Deverão estar certificados os responsáveis pelo acompanhamento e operacionalização dos investimentos do **Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Nilópolis**, através de exame de certificação organizado por entidade autônoma de reconhecida capacidade técnica e difusão no mercado brasileiro de capitais, cujo conteúdo abrangerá, no mínimo, o contido no anexo a Portaria nº 1.467/2022, Art. 76, Inciso II.

A comprovação da habilitação ocorrerá mediante o preenchimento dos campos específicos constantes do Demonstrativo da Política de Investimentos - DPIN e do Demonstrativo de Aplicações e Investimentos dos Recursos - DAIR.

As Instituições Financeiras que operem e que venham a operar com o **Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Nilópolis** poderão, a título institucional, oferecer apoio técnico através de cursos, seminários e workshops ministrados por profissionais de mercado e/ou funcionários das instituições para capacitação de servidores e membros dos órgãos colegiados; bem como, contraprestação de serviços e projetos de iniciativa do **Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Nilópolis**, sem que haja ônus ou compromisso vinculados aos produtos de investimentos.



Casos omissos nesta Política de Investimentos remetem-se à Resolução CMN n° 4.963/2021 e suas e à Portaria n° 1.467/2022 e demais normativas pertinentes aos Regimes Próprios de Previdência Social. É parte integrante desta Política de Investimentos, cópia da **Ata do Comitê de Investimentos** que é participante do processo decisório quanto à sua formulação e execução, cópia da **Ata do órgão superior de deliberação** competente que aprova o presente instrumento, devidamente assinada por seus membros.

Este documento deverá ser assinado:

- a) pelo representante do ente federativo;
- b) pelo representante da unidade gestora do RPPS e
- c) pelos responsáveis pela elaboração, aprovação e execução desta Política de Investimentos em atendimento ao art. 91° da Portaria n° 1.467/2022.

Nilópolis, 12 de dezembro de 2022.


Política de Investimentos elaborada pelo Comitê de Investimentos em conformidade com a minuta apresentada pela Consultoria Crédito e Mercado.

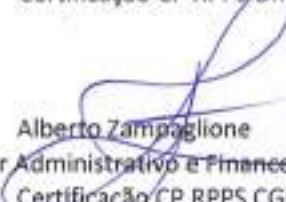



### Aprovação do Comitê de Investimentos

Considerando que a aprovação da política de Investimentos para o ano de 2023, apresentada pelo Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Nilópolis- PREVINIL está em conformidade com a regulamentação sobre a matéria, em consonância com os parâmetros definidos pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco central, o Comitê de Investimentos do PREVINIL aprova a presente política de Investimentos para o ano de 2023, conforme folhas 66 e cópia da ATA as folhas 67 e 68


Nilópolis, 12 de dezembro de 2022.

  
Rodrigo Serpa Florêncio  
Representante da Unidade Gestora  
Presidente  
Certificação CP RPPS CGINV I  
Certificação CP RPPS DIRIG I

  
Alberto Zampaglione  
Diretor Administrativo e Financeiro  
Certificação CP RPPS CGINV I  
Certificação CP RPPS DIRIG I

  
Solange Dutra  
Diretora de Benefícios  
Certificação CGRPPS

  
Maurício Abranches Alves  
Membro Certificação CGRPPS

  
Danielle Villas Bôas Agero Corrêa  
Membro Certificação CPA 20 AMBIMA

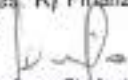


**ATA DA DÉCIMA SEGUNDA REUNIÃO 2022  
COMITÊ DE INVESTIMENTOS**


Aos doze dias do mês de dezembro do ano de 2022, às 9h, compareceram para a quarta reunião referente ao corrente exercício, atendendo a convocação da Presidência/Gestor dos Recursos, os seguintes membros designados por meio da Portaria 093/2021: Sr. Mauricio Abranches Alves, o Sr. Alberto Zampaglione, Sra. Solange Dutra, Sra. Danielle Villas Boas Agero Corrêa e o Sr. Rodrigo Serpa Florêncio, deliberaram em reunião ordinária em atendimento ao art.79 da Lei Complementar N° 141/2018, sobre a pauta a seguir: **A) Cenário macroeconômico:** O IPC-S da quarta quadrimestre de novembro de 2022 variou 0,57% e acumula alta de 4,51% nos últimos 12 meses. Nesta apuração, quatro das oito classes de despesa componentes do índice registraram decréscimo em suas taxas de variação. A maior contribuição para o resultado do IPC-S partiu do grupo Educação, Leitura e Recreação cuja taxa de variação passou de 0,38%, na terceira quadrimestre de novembro de 2022 para -0,74% na quarta quadrimestre de novembro de 2022. Também registraram decréscimo em suas taxas de variação os grupos: Vestuário (0,86% para 0,76%), Comunicação (-0,32% para -0,35%) e Saúde e Cuidados Pessoais (0,91% para 0,89%). Em contrapartida, os grupos Alimentação (0,95% para 1,06%), Transportes (0,85% para 0,92%), Habitação (0,37% para 0,43%) e Despesas Diversas (0,17% para 0,20%) apresentaram avanço em suas taxas de variação. **B) Evolução da execução do orçamento do RPPS até a competência outubro:** O orçamento previsto para o Exercício de 2022 foi de R\$ 70.640.700,59 (setenta milhões, seiscentos e quarenta mil, setecentos reais e cinquenta e nove centavos) e fixado em R\$ 72.210.450,59 (setenta e dois milhões, duzentos e dez mil, quatrocentos e cinquenta reais e cinquenta e nove centavos). Foi arrecadado, até o dia trinta e um de novembro o montante de, R\$ 65.278.158,08 (sessenta e cinco milhões, duzentos e setenta e oito mil, cento e cinquenta e oito reais e oito centavos) juntamente com R\$ 1.181.456,30 (Um milhão, cento e oitenta e um mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais e trinta centavos) recebidos a título de transferência financeira do Ente municipal para pagamento de benefícios especiais do extinto IBASCAMN. Do total fixado, já foi empenhado R\$ 65.775.078,85 (sessenta e cinco milhões, setecentos e setenta e cinco mil, setenta e oito reais e oitenta e cinco centavos), liquidado R\$ 60.349.439,81 (sessenta milhões, trezentos e quarenta e nove mil, quatrocentos e trinta e nove reais e oitenta e um centavos) e pago R\$ 56.030.904,22 (cinquenta e seis milhões, trinta mil, novecentos e quatro reais e vinte e dois centavos), tendo suas movimentações orçamentárias e financeiras evidenciadas em relatórios disponibilizados pela diretoria financeira em sistema próprio de contabilidade e no portal da transparência. **C) Dados atualizados dos fluxos de caixa e dos investimentos, com visão de curto e longo prazo:** A diretoria financeira informa o saldo disponível em contas na data de 30 de novembro: no Banco Santander R\$ 3.247.372,74, Banco CEF Atuarial R\$ 398.320,05, Banco CEF conta de contribuições R\$ 9.229,62, banco Itaú taxa de administração R\$ 18.760,60, banco Itaú contribuições R\$ 0,00, Banco do Brasil R\$ 8.847,46 e saldo aplicado no valor de R\$ 19.162.011,38 sendo deste total, R\$ 1.279.210,30 refere-se ao total aplicado em contas da taxa de administração, estando aplicado R\$ 563.466,85 no fundo Institucional Referenciado DI, R\$ 436.835,44 no fundo CEF GESTÃO ESTRATÉGICA e R\$ 278.906,01 no fundo CEF IPCA IDKA 2 A. **D) Propostas de investimentos e respectivas análises técnicas, que deverão identificar e avaliar os riscos de cada proposta, incluídos os riscos de crédito, de mercado, de liquidez, operacional, jurídico e sistêmico:** Durante o mês de novembro não houve oportunidades de novas. **E) Análise da execução da política de investimentos:** Este item tem como base o relatório emitido pela consultoria financeira Crédito & Mercado Gestão de Valores Mobiliários LTDA, referente ao mês de outubro sob verificação, o qual consta anexado ao relatório de gestão previdenciário aprovado por este comitê. **G) O Índice de Confiança Empresarial:** Os investidores estrangeiros aportaram R\$ 496,125 bilhões na B3 na sessão de terça-feira, 29. Em novembro, houve entrada de R\$ 1,335 bilhão na Bolsa. O montante é resultado de compras acumuladas de R\$ 384,205 bilhões e vendas de R\$ 382,870 bilhões. No acumulado de 2022, o capital externo está positivo em R\$ 85,469 bilhões. No dia 29, o Ibovespa fechou em alta de 1,96%, aos 110.909 pontos. O giro financeiro foi de R\$ 27,9 bilhões. Já os investidores institucionais ingressaram com R\$ 408,001 bilhões na Bolsa na sessão. Em novembro, houve retirada de R\$ 3,041 bilhões da B3. O montante é resultado de compras de R\$ 162,542 bilhões e vendas de R\$ 165,584 bilhões. Em 2022, a retirada totaliza R\$ 120,598 bilhões. No mesmo dia, os investidores individuais retiraram R\$ 848,596 bilhões da Bolsa. No mês, investiram R\$ 1,654 bilhão, resultado de compras de R\$ 90,777 bilhões e vendas de R\$ 89,122 bilhões. Neste ano, o investidor pessoa física retirou R\$ 2,025 bilhões da Bolsa. Por fim, as instituições financeiras retiraram R\$ 20,555 bilhões da B3 no dia em questão. No mês de novembro, a retirada líquida no segmento foi de R\$ 103,706 bilhões, com compras de R\$ 26,185 bilhões e vendas de R\$ 26,289 bilhões. A soma de capital investido totaliza R\$ 9,721 bilhões em 2022. **F) apresentação do processo 2022/11/450 atendimento aos dispostos normativos e legais, os membros deste COMITÊ deliberaram sobre a política de investimento para o ano de 2023 como pauta principal da ordem do dia. H) Inicialmente, com a palavra o Diretor Financeiro, o senhor Alberto Zampaglione informa que a consultoria de investimentos contratada apresentou a proposta em forma de minuta da Política de Investimento para o exercício de 2023 para apreciação e análise desse colegiado, conforme consta nos autos do processo 2022/11/450. A minuta foi disponibilizada via plataforma eletrônica para os membros deste comitê no último dia dezoito do mês de novembro juntamente com as propostas de: (i) alocação estratégica de acordo com o perfil do RPPS, (ii) os parâmetros de risco dos segmentos de renda fixa e renda variável e (iii) o valor (em percentual) esperado da rentabilidade futura dos investimentos dos ativos garantidores do RPPS, segundo exigência da Portaria n° 1.467 de 02 de junho de 2022. Antes da realização e deliberação desse colegiado fica aberto tempo para a exposição de cada membro do Comitê apresentar o resultado de suas análises, observações, dúvidas e esclarecimentos. Após a leitura e análise da minuta apresentada pela consultoria financeira, todos os membros deste comitê de investimento deliberaram pela aprovação da política de investimentos para o ano de 2023 nos termos da minuta apresentada pela consultoria, com exceção da meta atuarial proposta.**




mantendo-se a meta atuarial no percentual de 4,53% proposta pela empresa EC2G de consultoria atuarial, bem como a alocação de estratégia de investimentos ora deliberado nesta reunião. I) O senhor Rodrigo Serpa Florêncio, atual Gestor dos Recursos, de acordo com suas atribuições, juntamente com o Diretor Financeiro em atendimento aos parâmetros deliberados, sendo, a versão final disponibilizada para todos os membros do Comitê via e-mail para conhecimento e posterior encaminhamento aos membros do Conselho Deliberativo, possibilitando a análise prévia da reunião de aprovação da Política de Investimentos 2023 efetiva. J) Fica deliberado o calendário anual das reuniões deste comitê para todas as 2ª segundas feiras de cada mês. K) Finalizado todos os conteúdos pautados e nada mais tendo a tratar, este comitê declara encerrada a presente reunião.

  
Rodrigo Serpa Florêncio  
Gestor dos Recursos

  
Alberto Zampaglione  
Diretor Administrativo e Financeiro

  
Daniello Villas Bôas Aguiar  
Membro do Comitê

  
Maurício Abranches Alves  
Membro do Comitê

  
Solange Dutra  
Diretora de Benefícios



Parecer do Controle Interno

Considerando as atribuições a mim investidas conforme o Anexo V da lei Municipal nº 6576/2018;  
Em observância ao disposto na Lei Municipal nº 141/2018 e de acordo com os princípios que regem a Administração Pública;

Considerando o contido na Portaria PREVINIL nº 017/2022 e a partir do exame do presente processo.

Considerando a Resolução do Conselho Monetário Nacional-CMN nº 4.963, de 25 de novembro de 2021;

Considerando o Manual de Política de Investimentos deste Instituto;

Considerando o parecer do Comitê de Investimentos;

Após análise dos autos, manifesto-me pela sua:

CONFORMIDADE, tendo em vista que todos os procedimentos foram cumpridos..

INCONFORMIDADE, tendo em vista:

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Em 14/12/2022.

Sendo assim, encaminho o referido processo para a Deliberação do Conselho de Administração.

**Camila dos Santos Dias de Oliveira**  
Superintendente de Controle Interno  
PREVINIL



Aprovação do Conselho de Administração

Considerando que a aprovação da Política de Investimentos para o ano de 2023 pelo Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Nilópolis – PREVINIL está em conformidade com a regulamentação sobre a matéria, o Conselho de Administração do PREVINIL aprova a presente Política de Investimentos para o ano de 2023.


Nilópolis, 14 de dezembro de 2022.



**Fagner Luiz Domingos da Silva**  
Presidente do Conselho de Administração  
Representante indicado pelos Servidores através de Assembléia Geral



**Magna Alvarenga Dallia Rosa**  
Representante indicado pelos Servidores através de Assembléia Geral



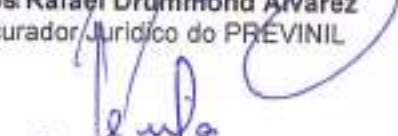
**Marcelo Neves Monteiro**  
Representante dos Servidores Indicado pelo Prefeito Municipal



**Luiz Paulo Ribeiro Monteiro**  
Representante dos Servidores Indicado pela Câmara Municipal

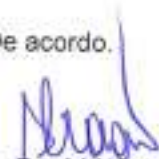


**Carlos Rafael Drummond Alvarez**  
Procurador Jurídico do PREVINIL



**Rodrigo Serpa Florêncio**  
Presidente do PREVINIL  
Na qualidade de membro nato

De acordo.



**Abrão David Neto**  
Prefeito



Handwritten initials and signature in blue ink.

### ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2022 DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO PREVINIL

Aos quatorze dias do mês de dezembro de 2022, às 09:30h, em atendimento ao Edital de Convocação publicado no Mural do Previnil, compareceram à sede do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Nilópolis – PREVINIL, situado na rua professor Alfredo Gonçalves Filgueiras nº 18 sala 201, os seguintes conselheiros: senhor Marcelo Neves Monteiro, senhor Luiz Paulo Ribeiro Monteiro, senhor Fagner Luiz Domingos da Silva, senhor Carlos Rafael Drummond Alvarez, a senhora Magna Alvarenga Dallia Rosa e como membro nato o senhor Rodrigo Serpa Florêncio, Presidente do Previnil. Havendo número legal, o Presidente do Conselho de Administração, senhor Fagner Luiz Domingos da Silva, deu por aberta a reunião e passou a apresentar a seguinte ordem do dia: 1) Apreciação do Relatório de Gestão dos Recursos Financeiros relativa à Prestação de Contas referente à competência outubro/2022, encaminhado previamente por e-mail para leitura; 2) Assuntos gerais. Abrindo a reunião, o senhor Presidente do Conselho fez a leitura da ata do Conselho Fiscal. Em seguida, passou para a ordem do dia, informando que no mês de agosto, conforme consta no relatório de gestão, foram concedidos 05 novos benefícios, sendo 04 de aposentadoria e 01 de pensão. No mês de outubro 01 benefício foi encerrado, 01 pensão extinta. A par da concessão de benefícios, o Instituto continuou processando a folha de pagamento de um total de 1.546 beneficiários, sendo 1.224 servidores inativos do Poder Executivo e Poder Legislativo e de 307 pensionistas, além de 15 beneficiários do IBASCAMN. Informa que o pagamento dos aposentados e pensionistas segue o calendário aprovado no início de cada ano, sendo estabelecido o dia 10 de cada mês com, podendo ser antecipado quando este dia cair nos fins de semana. Passando a palavra ao Sr. Rodrigo Serpa, este perguntou se todos receberam por e-mail o Relatório de Gestão Previdenciária referente ao mês de Outubro de 2022. Todos responderam afirmativamente e após deliberação todos Aprovaram o Relatório. O Sr. Rodrigo Serpa perguntou ainda se todos receberam por e-mail a Política de Investimento do Previnil para o exercício de 2022. Todos responderam afirmativamente. A Política de Investimentos tem como objetivo estabelecer as diretrizes das aplicações dos recursos garantidores dos pagamentos dos segurados e beneficiários do regime, bem como traçar metas para alcançar o equilíbrio econômico, financeiro e atuarial. Por determinação da Secretaria de Previdência a política precisa ser aprovada e encaminhada até o dia 31 de dezembro do exercício anterior. Sendo deliberada e aprovada por todos. O Sr. Rodrigo esclareceu que apesar de constar na Política de Investimentos a possibilidade de aplicação no seguimento de empréstimos consignados, tal investimento depende de uma complexa operacionalização a fim de atender a todos os parâmetros estabelecidos nos artigos 154 e seguintes e no Anexo VIII da portaria 1467/2022, dependendo de estudos para demonstrar a sua viabilidade, considerando a situação de equilíbrio financeiro e atuarial do instituto. O Sr. Rodrigo informou ainda que no último dia 21 de novembro o Previnil recebeu a premiação pelo 1º Lugar Conquistado no Prêmio “Boas Práticas de Gestão Previdenciária” da Aneprem, durante a realização do 21º Congresso Nacional da Entidade, realizado na cidade de Bento Gonçalves/RS. O Sr. Rodrigo deixa registrado os parabéns a toda equipe da Autarquia pelo resultado e ressalta também o comprometimento de todos os membros do conselho deliberativo. O Sr. Rodrigo informou ainda que no último dia 17 de novembro foi realizada uma Reunião na sede do Instituto, ocorrida entre membros da Diretoria Executiva e o Sr. Eduardo da Consultoria EC2G, visando esclarecer as medidas necessárias para dar continuidade ao processo que visa a implementação da segregação de massas no município de Nilópolis. O Sr. Eduardo esclareceu que a Consultoria irá prestar assistência necessária ao Instituto no que tange a implementação da Segregação, elaborando e apresentando os estudos de viabilidade necessários, bem como o auxílio

Handwritten signature and initials in blue ink.





Handwritten initials and a signature in the top right corner.

junto a Secretaria de previdência com o protocolo e acompanhamento processo. Esclareceu ainda que após o advento da novel Portaria 1.467/2022 a implementação da Segregação de Massas passou a exigir um novo estudo denominado "aderência das hipóteses", na forma do art. 35 da mencionada portaria, o qual não tem previsão no contrato atual entre o Previnil a Consuloria EC2G, por se tratar de exigência nova, advinda com a portaria, demandando desta forma a contratação desse estudo. Sendo assim os membros do Conselho deliberaram a aprovaram a abertura de processo para a contratação de empresa para a elaboração do mencionado estudo. I.I) Análise por amostragem dos pareceres de conformidade de pelo menos 2(dois) processos de cada modalidade (aposentadoria, pensão por morte e administrativo). Foram analisados pelos Membros do Conselho os processos nº 2019/01/180, 2021/11/471 (aposentadoria), nº 2022/07/298 anexo 2020/08/287, 2019/10/438 anexo 294/08 anexo 3517/92 anexo 27/2015(pensão por morte) e nº2022/11/464, 2022/11/436 (administrativos). Relatório da Controladoria novembro 2022 e Relatório da Ouvidoria novembro 2022, encaminhado por e-mail para análise e aprovação deste conselho. Todos os itens da pauta foram abordados e, após esclarecimentos, a prestação de contas relativa à competência outubro/2022 foi aprovada por unanimidade, com base na aprovação do Conselho Fiscal. Como não houve mais manifestação o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião às 10:30h, e eu, Luiz Paulo Ribeiro Monteiro, lavrei a presente ata que após lida foi assinada por todos os demais presentes.

Fagner Luiz Domingos da Silva  
Presidente

Carlos Rafael Drummond Alvarez  
Membro

Magna Alvarenga Dallia Rosa  
Membro

Rodrigo Serpa Florêncio  
Membro Nato

Luiz Paulo Ribeiro Monteiro  
Membro

Marcelo Neves Monteiro  
Membro



Ao Arquivo,

Encaminho o presente processo para o devido arquivamento, conforme solicitação de fs. 72 verso.

Em 19/01/2023.

  
Rafaela da Costa Vallegas  
Chefe da Divisão de Cadastro e Protocolo  
Matrícula 72  
PREVINIL


*Processo desarquivado para  
alterações da política de investimento  
por solicitações desta diretoria*

  
30/01/23  
Alberto Zamparini  
Diretor Administrativo  
Financeiro Previnil  
Mat. 003



### ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA 2023 COMITÊ DE INVESTIMENTOS


Aos 30 dias do mês de janeiro do ano de 2023, às 13:30h, compareceram para a primeira reunião extraordinária referente ao corrente exercício, atendendo a convocação da Presidência/Gestor dos Recursos, os seguintes membros designados por meio da Portaria 093/2021: Sr. Mauricio Abranches Alves, o Sr. Alberto Zampaglione, Sra. Solange Dutra, Sra. Danielle Villas Boas Agero Corrêa que teve sua participação por vídeo chamada e o Sr. Rodrigo Serpa Florêncio, deliberarem em reunião extraordinária em atendimento ao art.79 da Lei Complementar N° 141/2018, sobre a pauta a seguir: A) reunião convocada pela diretoria financeira para deliberação em relação ao aumento dos limites superiores aprovados anteriormente conforme processo 2022/11/450 as paginas 44; 45 e 46 que versa sobre a política de investimento para o ano de 2023.D) **Propostas de investimentos e respectivas análises técnicas, que deverão identificar e avaliar os riscos de cada proposta, incluídos os riscos de crédito, de mercado, de liquidez, operacional, jurídico e sistêmico:** Durante o mês de janeiro não houve oportunidades de novas aplicações, entretanto recebemos a visita dos gerentes de investimentos do banco do Brasil e da Caixa econômica e ambos apresentaram fundos vérticos com vencimentos para vários períodos para serem analisados por este comitê. B) **Análise da execução da política de investimentos:** esta diretoria em contato com a presidência observou a necessidade imperiosa de aumento do limite superior nos artigos 7 l a e 7 l b, o que foi confirmado pela consultoria financeira que anteriormente havia proposto um limite superior de 70%, o que não é o melhor percentual neste momento de acordo com o atual patrimônio e o entendimento dos membro deste comitê do PREVINIL que vem crescendo, o que torna necessário não somente uma maior diversificação da carteira, bem como um aumento no limite superior para que possamos ter uma melhor possibilidade de investimentos dentro dos fundos que nesse momento fazem parte da carteira do PREVINIL, deste modo este comitê aprova para 90% o limite superior nos artigos supra citados para melhor adequação da carteira. C) Finalizado todos os conteúdos pautados e nada mais tendo a tratar, este comitê declara encerrada a presente reunião.



Rodrigo Serpa Florêncio  
Gestor dos Recursos



Alberto Zampaglione  
Diretor Administrativo e Financeiro



Danielle Villas Boas Agero Corrêa  
Membro do Comitê



Mauricio Abranches Alves  
Membro do Comitê



Solange Dutra  
Diretora de Benefícios



## B ALOCAÇÃO ESTRATÉGICA DOS RECURSOS

Na aplicação dos recursos, os responsáveis pela gestão das aplicações dos recursos do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Nilópolis devem observar os limites e critérios estabelecidos nesta Política de Investimentos, na Resolução CMN nº 4.963/2021 e qualquer outro ato normativo relacionado ao tema, emitido pelos órgãos fiscalizadores e normatizadores.

A estratégia de alocação dos recursos para os próximos cinco anos, leva em consideração não somente o cenário macroeconômico como também as especificidades da estratégia definida pelo resultado da análise do fluxo de caixa atuarial e as projeções futuras de déficit e/ou superávit.

### Alocação Estratégica para o exercício de 2023

Segmento	Tipo de Ativo	Limite da Resolução CMN %
Renda Fixa	7º I a - Títulos do Tesouro Nacional SELIC	100,00%
	7º I b - FI 100% Títulos TN	100,00%
	7º I c - FI Ref. em Índice de RF, 100% TP	100,00%
	7º II - Oper. compromissadas em TP TN	5,00%
	7º III a - FI RF	70,00%
	7º III b - FI de Índices RF	70,00%
	7º IV - Renda Fixa de emissão bancária	20,00%
	7º V a - FI em Direitos Creditórios - sênior	10,00%
	7º V b - FI Renda Fixa "Crédito Privado"	10,00%
	7º V c - FI de Debêntures Infraestrutura	10,00%
<b>Limite de Renda Fixa</b>		<b>100,00%</b>

Renda Variável, Estruturados e FI	8º I - FI de Ações	40,00%
	8º II - ETF - Índice de Ações	40,00%
	10º I - FI Multimercado	10,00%
	10º II - FI em Participações	5,00%
	10º III - FI Mercado de Acesso	5,00%
	11º - FI Imobiliário	10,00%
<b>Limite de Renda Variável, Estruturado e FI</b>		<b>40,00%</b>

Estratégia de Alocação - Política de Investimento de 2023		
Limite Inferior (%)	Estratégia Alvo (%)	Limite Superior (%)
0,00%	15,00%	90,00%
20,49%	52,50%	90,00%
0,00%	0,00%	0,00%
0,00%	0,00%	0,00%
13,00%	15,00%	60,00%
0,00%	0,00%	0,00%
0,00%	0,00%	20,00%
0,00%	0,00%	0,00%
0,00%	0,00%	5,00%
0,00%	0,00%	0,00%
<b>33,49%</b>	<b>82,50%</b>	<b>265,00%</b>

1,50%	5,00%	30,00%
0,00%	0,00%	0,00%
6,00%	7,50%	10,00%
0,00%	0,00%	0,00%
0,00%	0,00%	0,00%
0,00%	0,00%	5,00%
<b>7,64%</b>	<b>12,50%</b>	<b>45,00%</b>

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten mark]*

*[Handwritten mark]*

*[Handwritten mark]*



Exterior	9º I - Renda Fixa - Dívida Externa	10,00%
	9º II - Constituídos no Brasil	10,00%
	9º III - Ações - BDR Nível I	10,00%
	Limite de Investimentos no Exterior	10,00%

0,00%	0,00%	0,00%
0,00%	0,00%	0,00%
1,00%	3,00%	10,00%
1,00%	3,00%	10,00%

Consignado	12º - Empréstimo Consignado	5,00%
------------	-----------------------------	-------

0,00%	2,00%	10,00%
-------	-------	--------

<b>Total da Carteira de Investimentos</b>
---

<b>42,13%</b>	<b>100,00%</b>	<b>320,00%</b>
---------------	----------------	----------------

### Alocação Estratégica para os próximos 5 anos

Segmento	Tipo de Ativo	Limite de Resolução CMN %
Renda Fixa	7º I a - Títulos do Tesouro Nacional SELIC	100,00%
	7º I b - FI 100% Títulos TN	100,00%
	7º I c - FI Ref. em Índice de RF, 100% TP	100,00%
	7º II - Oper. comprometidas em títulos TN	5,00%
	7º III a - FI RF	70,00%
	7º III b - FI de Índices RF	70,00%
	7º IV - Renda Fixa de emissão bancária	20,00%
	7º V a - FI em Direitos Creditórios - sênior	10,00%
	7º V b - FI Renda Fixa "Crédito Privado"	10,00%
	7º V c - FI de Debêntures Infraestrutura	10,00%
	<b>Limite de Renda Fixa</b>	<b>100,00%</b>

Estratégia de Alocação - Política de Investimento - Próximos 5 anos	
Limite Inferior (%)	Limite Superior (%)
0,00%	90,00%
20,49%	90,00%
0,00%	0,00%
0,00%	0,00%
13,00%	65,00%
0,00%	0,00%
0,00%	20,00%
0,00%	0,00%
0,00%	5,00%
0,00%	0,00%
<b>33,49%</b>	<b>270,00%</b>

Renda Variável, Estruturados e Fil	8º I - FI de Ações	40,00%
	8º II - ETF - Índice de Ações	40,00%
	10º I - FI Multimercado	10,00%
	10º II - FI em Participações	5,00%
	10º III - FI Mercado de Acesso	5,00%
	11º - FI Imobiliário	10,00%
	<b>Limite de Renda Variável, Estruturado e Fil</b>	<b>40,00%</b>

1,50%	30,00%
0,00%	0,00%
6,00%	10,00%
0,00%	0,00%
0,00%	0,00%
0,00%	5,00%
<b>7,64%</b>	<b>45,00%</b>

*Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page.*



Exterior	9º I - Renda Fixa - Dívida Externa	10,00%
	9º II - Constituídos no Brasil	10,00%
	9º III - Ações - BDR Nível I	10,00%
	Limite de Investimentos no Exterior	10,00%

0,00%	0,00%
0,00%	0,00%
1,00%	10,00%
1,00%	10,00%

Consignado	12º - Empréstimo Consignado	5,00%
------------	-----------------------------	-------

0,00%	10,00%
-------	--------

O Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Nilópolis considera os limites apresentados no resultado do estudo técnico elaborado através das reservas técnicas atuariais e as reservas matemáticas projetadas pelo cálculo atuarial, o que pode exigir maior flexibilidade nos níveis de liquidez da carteira de investimentos. Foram observados também, a compatibilidade dos ativos investidos com os prazos e taxas das obrigações presentes e futuras.

Para a elaboração e definição dos limites apresentados foram considerados inclusive as análises mercadológicas e as perspectivas, bem como a compatibilidade dos ativos investidos atualmente pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Nilópolis com os prazos, montantes e taxas das obrigações atuariais presentes e futuras.

#### SEGMENTO DE RENDA FIXA

Obedecendo aos limites permitidos no segmento de renda fixa pela Resolução CMN nº 4.963/2021, o Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Nilópolis propõe-se adotar o limite de máximo de 100% (cem por cento) dos investimentos.

A negociação de títulos públicos no mercado secundário (compra/venda de títulos públicos) obedecerá ao disposto no Art. 7º, inciso I, alínea "a" da Resolução CMN nº 4.963/2021, onde deverão estar registrados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC).

A comercialização dos Títulos Públicos e demais Ativos Financeiros, deverão acontecer através de plataformas eletrônicas administradas por sistemas autorizados a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou pela Comissão de Valores Mobiliários, nas suas respectivas áreas de competência, admitindo-se, ainda, aquisição em ofertas públicas do Tesouro Nacional por intermédio das instituições regularmente habilitadas.

Na aquisição dos Títulos Públicos Federais contabilizados pelos respectivos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, o Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Nilópolis deverá cumprir cumulativamente as exigências da Portaria nº 1.467, de 02 de junho de 2022 sendo elas:


- Seja observada a sua compatibilidade com os prazos e taxas das obrigações presentes e futuras do RPPS;
- Sejam classificados separadamente dos ativos para negociação, ou seja, daqueles adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data da aquisição;



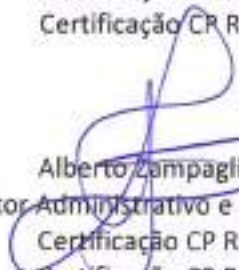
Aprovação do Comitê de Investimentos

Considerando que a aprovação da política de Investimentos para o ano de 2023, apresentada pelo Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Nilópolis-PREVINIL está em conformidade com a regulamentação sobre a matéria, em consonância com os parâmetros definidos pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco central, o Comitê de Investimentos do PREVINIL aprova a presente retificação da política de Investimentos para o ano de 2023, conforme folhas \_\_\_\_\_ e cópia da ATA as folhas \_\_\_\_\_.

Nilópolis, 30 de janeiro de 2023.




Rodrigo Serpa Florêncio  
Representante da Unidade Gestora  
Presidente  
Certificação CP RPPS CGINV I  
Certificação CP RPPS DIRIG I




Alberto Campaglione  
Diretor Administrativo e Financeiro  
Certificação CP RPPS CGINV I  
Certificação CP RPPS DIRIG I



Solange Dutra  
Diretora de Benefícios  
Certificação CGRPPS



Mauricio Abranches Alves  
Membro Certificação CGRPPS



Danielle Villas Bôas Agero Corrêa  
Membro Certificação CPA 20 AMBIMA



Parecer do Controle Interno

Considerando as atribuições a mim investidas conforme o Anexo V da lei Municipal nº 6576/2018;  
Em observância ao disposto na Lei Municipal nº 141/2018 e de acordo com os princípios que regem a  
Administração Pública;

Considerando o contido na Portaria PREVINIL nº 017/2022 e a partir do exame do presente processo.

Considerando a Resolução do Conselho Monetário Nacional-CMN nº 4.963, de 25 de novembro de 2021;

Considerando o Manual de Política de Investimentos deste Instituto;

Considerando o parecer do Comitê de Investimentos;

Após análise dos autos, manifesto-me pela sua:

CONFORMIDADE, tendo em vista que todos os procedimentos foram cumpridos..

INCONFORMIDADE, tendo em vista:

---

---

---

Em 30/01/2023.

Sendo assim, encaminho o referido processo para a Deliberação do Conselho de Administração.

**Camila dos Santos Dias de Oliveira**  
Superintendente de Controle Interno  
PREVINIL






Aprovação do Conselho de Administração

Considerando que a aprovação da Política de Investimentos para o ano de 2023 pelo Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Nilópolis – PREVINIL está em conformidade com a regulamentação sobre a matéria, o Conselho de Administração do PREVINIL aprova a presente retificação da Política de Investimentos para o ano de 2023.

Nilópolis, 31 de janeiro de 2023.



**Fagner Luiz Domingos da Silva**  
Presidente do Conselho de Administração  
Representante indicado pelos Servidores através de Assembleia Geral



**Magna Alvarenga Dallia Rosa**  
Representante indicado pelos Servidores através de Assembleia Geral



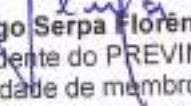
**Marcelo Neves Monteiro**  
Representante dos Servidores Indicado pelo Prefeito Municipal



**Luiz Paulo Ribeiro Monteiro**  
Representante dos Servidores Indicado pela Câmara Municipal



**Carlos Rafael Drummond Alvarez**  
Procurador Jurídico do PREVINIL



**Rodrigo Serpa Florêncio**  
Presidente do PREVINIL  
Na qualidade de membro nato

De acordo.

**Abrão David Neto**  
Prefeito